



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MÔNICA BORGES DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NOS MEIOS DE
PAGAMENTO NO PERÍODO DE 2018 A 2024: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA
LIVRE MERCADÃO 2000 EM SANTARÉM/PARÁ**

**SANTARÉM-PARÁ
2025**

MÔNICA BORGES DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NOS MEIOS DE
PAGAMENTO NO PERÍODO DE 2018 A 2024: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA
LIVRE MERCADÃO 2000 EM SANTARÉM/PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), curso de Bacharel em Ciências Econômicas, como requisito para a obtenção do Título de Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Professora Doutora Leila de Fátima de Oliveira Monte.

**SANTARÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

-
- S237a Santos, Mônica Borges dos
Análise dos impactos das mudanças ocorridas nos meios de pagamento no período de 2018 A 2024: um estudo de caso da feira livre Mercadão 2000 em Santarém/Pará. / Mônica Borges dos Santos. - Santarém, 2025.
69 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Leila de Fátima de Oliveira Monte.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharel em Ciências Econômicas.
1. Meios de Pagamentos. 2. Pix. 3. Feiras livres. 4. Moeda. 5. Mercado financeiro.
I. Monte, Leila de Fátima de Oliveira, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 332



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO
PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo quinto dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, de forma virtual, Link: <https://meet.google.com/baj-bsge-hkg>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **MÔNICA BORGES DOS SANTOS** (matrícula: 201801519), intitulada: **ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NOS MEIOS DE PAGAMENTOS NO PERÍODO DE 2018 A 2024: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA LIVRE MERCADÃO 2000 EM SANTARÉM/PARÁ**, sob orientação da Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho e o Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 9,7. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE
Data: 15/07/2025 18:21:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br ABNER VILHENA DE CARVALHO
Data: 15/07/2025 18:56:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
Data: 15/07/2025 21:13:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mônica Borges dos Santos – Discente

Documento assinado digitalmente
gov.br MONICA BORGES DOS SANTOS
Data: 15/07/2025 20:34:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho a estrela mais brilhante do meu céu, ao Romão Borges de Melo, minha inspiração e o melhor pai que poderia sonhar em ter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, em primeiro lugar, por ser minha força e fortaleza e me sustentar todas as vezes que pensei em desistir. À minha mãe, Maria do Socorro, por ser um exemplo de mulher forte, corajosa e por ter lutado muito para que eu pudesse chegar até aqui. Estendo este agradecimento a todos os meus familiares, em especial ao meu avó Jesuíno, minha tia Kátia, minha madrinha Célia, que foram cruciais em todos os momentos da minha vida.

À minha melhor amiga e irmã postiça, Adriana Aguiar, que foi minha companheira ao longo de toda essa jornada. Às minhas amigas Yasmin Monique e Fernanda Carolina, que tornaram esta caminhada mais leve por tê-las comigo. À minha amiga, Harlene Torres, que colaborou para a execução deste trabalho, minha eterna gratidão. Às outras integrantes do nosso grupo “ninho”: Jádina Ferreira e Maria Eduarda, minhas tardes no Boulevard não teriam tantas risadas sem vocês.

À minha turma CE 2018, foram longas tardes compartilhadas com todos, entre pesquisas de campo, aulas e muita diversão com jogos de cartas e idas a Padaroça para matar a fome. Estendo este agradecimento à turma CE 2019 que também me acolheu nos últimos anos de faculdade e me permitiu participar de um momento único da minha vida: um baile de formatura.

A todos os professores do Curso de Ciências Econômicas, por todo conhecimento compartilhado e por se importarem de fato com os seus alunos. Em especial, agradeço a Andréa Leão, que foi determinante no meu futuro profissional, me abriu portas para que eu pudesse ingressar no mercado financeiro. Através dela, pude sentir o sentimento genuíno do que é ser um docente que se preocupa com os seus alunos.

À Sicredi Grandes Rios, cooperativa em que trabalho, que me permitiu colocar todos os meus conhecimentos em prática, além de possibilitar que vários sonhos que tinha pudessem ser realizados. Aos amigos e colegas que fiz, em especial à Deyse Cristina, Alana Almeida, Josimara Bezerra e Jacqueline Rodrigues, obrigada pelo suporte ao longo destes anos.

Por último e não menos importante, minha eterna gratidão a minha orientadora, Professora Leila Monte, que foi incansável nesta reta final da minha graduação, obrigada por não soltar a minha mão, por me compreender, ser paciente e me acolher de forma tão compassiva.

Eu estou sempre fazendo aquilo que não sou capaz, numa tentativa de aprender como fazê-lo.

Vicent Van Gogh

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das mudanças ocorridas nos meios de pagamentos, especificamente, no período de 2018 a 2024, na Feira Livre, Mercado 2000, localizado no município de Santarém/Pará. Para isso, adotamos como questão-problema, investigar de que forma as mudanças ocorridas nos meios de pagamentos, especificamente no período de 2018 a 2024, impactaram as transações econômicas e financeiras dos feirantes que atuam na Feira Livre, Mercado 2000, no município de Santarém/Pará. Seguindo esta lógica estrutural da pesquisa, nos embasamos, teoricamente, na revisão teórica sobre a transição da moeda do escambo até a introdução dos meios de pagamentos digitais, tais como o Pix. Em seguida, realizamos estudo sobre a evolução dos meios de pagamentos no Brasil no período de 2018 a 2024, usando dados secundários do site do Banco Central do Brasil, com o propósito de mostrar o percentual de crescimento do uso dos cartões de crédito, de débito e do Pix nas transações financeiras realizadas por pessoas físicas e jurídicas e o seu impacto no Sistema Financeiro Nacional, especialmente nas redes bancárias digitais e tradicionais. Em termos metodológicos, essa pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa quanto aos objetivos propostos e quanto ao problema estabelecido, um estudo de caso, pois utilizamos um questionário estruturado com perguntas fechadas e aplicamos a uma amostra de 50 feirantes do Mercado 2000 no município de Santarém. Os resultados mostraram que estamos vivendo em uma era tecnológica dos meios de pagamentos, sendo o Pix mais utilizado para esses fins, e eficaz para a movimentação financeira no sistema bancário. Essas inovações chegaram até o mercado das feiras livres, tal como o Mercado 2000. Apesar de muitos feirantes utilizarem o Pix como forma de pagamento, por meio de suas contas correntes, principalmente ligadas a Banco virtuais, muitos ainda enfrentam dificuldades para manusear essas tecnologias, seja, porque não possuem aparelho celular, ou, não sabem acessar o aplicativo do banco instalado no aparelho. Como consequência, muitos feirantes perdem as vendas diárias e comprometem as suas receitas, haja vista que os seus clientes utilizam essas novas tecnologias para efetuar seus pagamentos.

Palavras-Chaves: Meios de Pagamentos, Pix, feiras livres, moeda, mercado financeiro

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the changes that occurred in the means of payment, specifically during the period from 2018 to 2024, at the open-air market *Mercadão 2000*, located in the municipality of Santarém, in the state of Pará, Brazil. To this end, the research adopts the following guiding question: in what ways have the changes in payment methods, particularly from 2018 to 2024, affected the economic and financial transactions of market vendors operating at *Mercadão 2000* in Santarém/Pará? Following this structural logic, the theoretical framework is based on a review of the historical transition from barter to modern forms of money and, more recently, to digital payment methods, such as Pix. Subsequently, we examine the evolution of payment systems in Brazil from 2018 to 2024, using secondary data from the official website of the Central Bank of Brazil. The objective is to demonstrate the growth rates in the use of credit cards, debit cards, and Pix in financial transactions conducted by individuals and businesses, as well as the impact of these changes on the National Financial System, especially within both digital and traditional banking networks. Methodologically, this research is characterized as both qualitative and quantitative in nature, based on the proposed objectives and the problem addressed. It is also classified as a case study, as we used a structured questionnaire with closed questions applied to a sample of 50 vendors from *Mercadão 2000* in the municipality of Santarém. The results indicate that we are currently living in a technological era of payment systems, with Pix being the most widely used and effective tool for financial transactions within the banking system. These innovations have reached the market of open-air fairs, such as *Mercadão 2000*. Although many vendors now use Pix as a payment method—mainly through digital bank accounts—many still face difficulties in handling these technologies, either because they do not own a mobile device or lack the knowledge to navigate their bank's application. As a result, some vendors lose daily sales and compromise their income, since many of their customers prefer to use these modern technologies to make payments.

Keywords: Payment Methods, Pix, Open-Air Markets, Currency, Financial Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1:	Comparabilidade de Atributos Monetários entre o ouro e o papel moeda.....	26
Quadro 2:	Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.....	30
Gráfico 1:	Investimentos e despesas no orçamento das Instituições Financeiras no período de 2020 a 2025, de acordo com a Febraban	31
Quadro 3:	Valores e taxas de crescimento (%) das transações financeiras realizadas através de cartões de crédito e débito no período de 2018 a 2024.....	32
Quadro 4:	Quantidade e taxa de crescimento (%) de cartões emitidos no período de 2018 a 2024.....	34
Gráfico 2:	Diferença na quantidade de transações realizadas por telefone e ATM no período de 2018 a 2024.....	39
Gráfico 3:	Número de transferências bancárias realizadas via Pix no período de 2020 a 2024.....	40
Gráfico 4:	Tipos de meios de pagamento mais utilizados nas transações financeiras no período de 2021 e 2024.....	42
Gráfico 5:	Expectativa dos usuários quanto ao uso do dinheiro em espécie daqui a 5 anos.....	44
Quadro 5:	Instituições financeiras presentes no município de Santarém/Pará..	46
Figura 1:	Feira do Mercado 2000 no município de Santarém.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Quantidade de clientes em carteira de crédito ativa por Instituições Financeiras no período de 2018, 2021 e 2024.....	37
Tabela 2:	Quantidade de transações financeiras por tipos de canais de serviços no período de 2018 a 2024.....	37
Tabela 3:	Idade e gênero dos entrevistados na Feira Livre Mercadão 2000.....	49
Tabela 4:	Salário, Escolaridade e Gênero dos entrevistados na Feira Livre Mercadão 2000.....	53
Tabela 5:	Tipos de produtos comercializados, pessoa física e jurídica e sexo dos entrevistados.....	54
Tabela 6:	Tipos de contas bancárias e Instituições Financeiras usadas pelos feirantes no Mercadão 2000.....	55
Tabela 7:	Escolaridade, faixa salarial e tipos de meios de pagamentos utilizados nas vendas.....	57
Tabela 8:	Perdas de vendas por não ter acesso ao Pix versus renda familiar e gênero.....	60

LISTA DE SIGLAS

APRUSAN	Associação de Produtores Rurais de Santarém
BASA	Banco da Amazônia
BCB	Banco Central do Brasil
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisas
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Privada
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
NPC	Near Field Communication
PIB	Produto Interno Bruto
PREVIC	Previdência Complementar
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil
SPB	Sistema de Pagamento Brasileiro
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	Moeda: Conceitos e Características.....	18
2.2	A Evolução Histórica dos Meios de Pagamentos.....	21
2.3	A Moeda e as Inovações Tecnológicas.....	27
2.4	Sistemas de Meios de Pagamentos Eletrônicos no Brasil.....	29
3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	45
3.1	Os Meios de Pagamentos e a sua aplicação na Feira do Mercado 2000 em Santarém/Pará.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de realizar trocas de bens entre diferentes povos remonta às formas mais antigas de organização social humana, manifestando-se em distintos contextos geográficos e níveis de complexidade territorial e cultural. Nas chamadas economias primitivas, as relações econômicas e culturais eram fundamentadas em sistemas de trocas diretas, o escambo, por meio dos quais os indivíduos permutavam excedentes de produção por outros bens de que necessitavam.

Com o crescimento populacional e o consequente aumento da demanda por alimentos e a busca por novos produtos por parte da sociedade e do mercado, as atividades comerciais passaram a se intensificar na busca por inovações tecnológicas para inserir em seus processos produtivos. Nesse contexto, o escambo foi se revelando cada vez mais limitado, sobretudo pela dificuldade de se estabelecer uma equivalência generalizada nas trocas, dada a frequente ausência de coincidência entre as necessidades de quem ofertava e de quem demandava determinado bem (LOPES E ROSSETTI, 1998).

Diante dessas restrições, tornou-se necessária a criação de um instrumento que viabilizasse e facilitasse as transações: a moeda-mercadoria, ou seja, uma mercadoria aceita por todos como meio de troca. A evolução dos meios de pagamento, nesse sentido, passou a se consolidar especialmente com a ascensão da economia capitalista, cuja lógica de expansão das trocas comerciais e maximização dos lucros exigia a padronização dos instrumentos de pagamento e a maior fluidez das transações econômicas (BCB, 2025).

Na contemporaneidade, a ampliação das linhas de crédito e a proliferação de novos ofertantes, ou seja, o surgimento de várias formas de moedas, tais como, as digitais, mostram que o processo de financeirização extrapolou o setor bancário tradicional, sendo agora capitaneado também por instituições não bancárias, a exemplo das grandes redes varejistas. Esse fenômeno, contudo, transcende a esfera estritamente econômica, repercutindo nas dinâmicas sociais ao remodelar práticas cotidianas, dada a crescente inserção das finanças na vida das pessoas nas cidades. Segundo o BCB (2025), o expressivo aumento na emissão de cartões, seja de crédito ou débito, reflete o avanço da sociedade de consumo e torna esse instrumento o principal vetor de expansão da financeirização junto a amplos segmentos populacionais, ocasionando, inclusive, a substituição parcial de meios de pagamento convencionais, como o dinheiro em espécie e os cheques.

Observamos, portanto, que existe um acesso facilitado aos cartões de crédito, de débito e de lojas. Uns dos motivos para esta expansão, de acordo com os autores Kubota (2006)

e Gonzalez (2023), são os avanços tecnológicos, que permitiu a criação de meios de pagamentos eletrônicos, aplicativos bancários, carteiras digitais e criptomoedas. Além disso, o uso intensivo de celulares e a internet, surgiram como meios de pagamentos mais rápido, acessíveis e convenientes. Todos esses motivos estão associados as mudanças de comportamento dos consumidores que passaram a preferir meios que reduzissem o tempo e a burocracia nas transações, o que resultou no uso cada vez menor do dinheiro em espécie, com o surgimento do PIX.

O Banco Central do Brasil (2025) menciona em sua análise que as inovações no sistema de pagamento do Brasil, leva a competição e a inovação no mercado financeiro, haja vista que com o crescimento das fintechs, as empresas de tecnologia financeira, impulsionam o surgimento desses novos meios de pagamentos, e com isso, força os bancos tradicionais a se inovarem. Logo, essa inovação financeira atinge todas as instituições que atuam direta ou indiretamente neste setor, chegando a todos as formas de estabelecimentos comerciais, varejo e atacado, é o caso da comercialização das feiras livres.

Mesmo que haja casos isolados de resistências a adoção de novos meios de pagamentos nas transações financeiras realizadas em mercados e feiras livres, a crescente digitalização dos serviços financeiros tem revolucionado esses mercados informais. Segundo o BCB (2025) o uso da maquininha de cartão de crédito e débito tornou-se uma prática comum entre os feirantes, permitindo que clientes não carreguem dinheiro físico, e possam usar o seu cartão ou então o Pix para realizar as suas compras. Nas feiras livres, onde há grande circulação de pessoas e uma diversidade de produtos, especialmente alimentos frescos, a possibilidade de realizar pagamento utilizando esses meios eletrônicos favorecem o consumo, agiliza o atendimento com segurança e flexibilidade na hora da compra.

É neste contexto que esta pesquisa está inserida, pois queremos saber qual o impacto dessas mudanças ocorridas nos meios de pagamentos, especificamente no período de 2018 a 2024, sobre as transações econômicas e financeiras dos feirantes que atuam na Feira Livre, Mercado 2000, no município de Santarém/Pará. A partir desta problemática foi possível planejar esta pesquisa, ou seja, estabelecer os objetivos a serem alcançados, a base teórica para a interpretação desses eventos financeiros sobre a sociedade e mercado formal e informal, além dos aspectos metodológicos que foram adotados em nosso estudo de caso.

Seguindo esta lógica estrutural da pesquisa, estabelecemos como objetivo geral, analisar os impactos das mudanças ocorridas nos meios de pagamentos, especificamente, no período de 2018 a 2024, na Feira Livre, Mercado 2000, localizado no município de Santarém/Pará. Em termos de objetivos específicos, pretende-se realizar uma revisão teórica

sobre a transição da moeda do escambo até a introdução dos meios de pagamentos digitais, tais como o Pix. Em seguida, no segundo objetivo, realizaremos um estudo, usando dados secundários do site do Banco Central do Brasil, no período de 2018 a 2024, sobre a evolução dos meios de pagamentos no Brasil. O propósito é mostrar o percentual de crescimento do uso dos cartões de crédito, de débito e do Pix nas transações financeiras realizadas por pessoas físicas e jurídicas e o seu impacto no Sistema Financeiro Nacional, especialmente nas redes bancárias digitais e tradicionais. Para isso, consultamos o site do Banco Central do Brasil, da Febraban, Fapespa e IBGE, para consolidar a base de dados secundários que mostrou a evolução dos meios de pagamentos no país.

No terceiro objetivo específico, apresentaremos os resultados da pesquisa de campo que fizemos junto aos feirantes da Feira Livre, Mercado 2000, em Santarém/Pará. Pretendemos mostrar de que forma esses novos meios de pagamentos estão sendo manuseados por esses feirantes. Ao mesmo tempo, retratar as suas percepções quanto as dificuldades existentes para o uso dessas tecnologias neste tipo de mercado.

Para dar respostas ao problema proposto e aos objetivos traçados na pesquisa, adotamos como procedimento metodológico a pesquisa *quali-quantitativa* que foi organizada para relacionar teoria versus prática, ou seja, a teoria financeira baseada na estrutura do sistema financeiro e as suas inovações nos meios de pagamentos será confrontada com o caso real na feira do Mercado 2000, por meio de uma pesquisa de campo que se configura em um estudo de caso.

Quanto ao problema proposto, esta pesquisa se configura como um estudo de caso, tal como especificado acima. O objeto de estudo foi a Feira Livre Mercado 2000 localizada no centro do município de Santarém/Pará. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado com perguntas fechadas que foi aplicado em uma amostra de 50 participantes. Após a coleta dessas informações, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados na planilha excel, usando tabelas dinâmicas para o cruzamento de informações, cálculos de taxa de crescimento e de participação, e a formatação de tabelas e gráficos, os quais foram expostos na discussão dos resultados.

Desta forma, essa pesquisa foi organizada em quatro capítulos, sendo que o primeiro inclui esta introdução. O referencial teórico foi desenvolvido no segundo capítulo, o qual discute os conceitos e as características da moeda; a evolução histórica dos meios de pagamentos, assim como, a moeda e a sua relação com as inovações tecnológicas e a estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

No terceiro capítulo temos a discussão dos resultados da pesquisa de campo

realizada no Mercado 2000. Iniciamos com uma breve apresentação do município de Santarém/Pará em seus aspectos estruturais e econômicos. Em seguida, os resultados da pesquisa foram apresentados, a começar pela caracterização socioeconômica dos entrevistados, produtos comercializados, tipos de meios de pagamentos utilizados, inserção no mercado bancário e a relação feirante e cliente no tange ao uso ou não das novas tecnologias dos meios de pagamento.

E, finalizando a pesquisa, no quarto capítulo temos as considerações finais, onde faremos uma reflexão sobre os resultados obtidos no capítulo anterior, resgatando os principais pontos teóricos e empíricos do estudo e propondo a continuidade por meio de temas equivalentes que mostrem a importância da inclusão financeira de pequenos comerciantes no rol das inovações tecnológica dos meios de pagamento

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Moeda: Conceitos e Características

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a evolução da moeda e dos meios de pagamento, ao analisar como as mudanças econômicas e tecnológicas se transformaram na forma como realizamos transações ao longo do tempo. Para isso, torna-se necessário fazer uma discussão sobre o processo de evolução da moeda, desde o escambo até a moeda fiduciária, incluindo as suas funções no mercado e as novas tecnologias inseridas no sistema monetário nacional, com o intuito de promover a rapidez e a eficácia nas transações econômicas.

Quando falamos sobre o processo de evolução da moeda, temos que dissertar sobre o processo gradual, porém lento, até chegar à desmaterialização dos meios de pagamentos. Para compreensão de todo este processo é oportuno fazer um esboço das várias modalidades de meios de pagamento, desde os tempos primitivos até o momento presente (GUDIN, 1954, p.33). É neste contexto que a moeda se torna um dos elementos mais fundamentais da economia, desempenhando um papel central na organização das sociedades ao longo da história. De acordo com Lopes e Rossetti (1998, p.20-21), ela pode ser conceituada como um bem econômico qualquer que desempenha as funções básicas de intermediário de trocas, que serve como medida de valor e que tem aceitação geral. A moeda ainda possui as funções de reserva de valor, liberatória, pagamentos diferidos e a de instrumento de poder.

Neste sentido, a função da moeda como intermediária de troca consiste em facilitar as transações econômicas. Uma vez que ela pode ser utilizada para fins de compra e venda de bens ou serviços (MILL, 2017, p. 33). Para fins de complementação, Lopes e Rosetti (1998, p. 20), acrescentam que esta função da moeda torna possível maior especialização e divisão do trabalho, através de um acréscimo na quantidade de bens e serviços que passam a ser postos à disposição da sociedade para o atendimento de suas necessidades.

Complementando Lopes e Rossetti (1998), o autor Gudin (1954, p. 28) acrescenta que:

a divisão e a especialização do trabalho em que se baseia a nossa estrutura econômica são importantes, sem eles seria impossível se cada um tivesse de empregar boa parte de seu tempo e de suas energias em procurar trocar os seus produtos pelas matérias-primas de sua indústria ou pelas mercadorias necessárias ao seu consumo.

Essa divisão do trabalho mencionadas por Gudin (1954) e Lopes e Rossetti (1998), tem como âncora a teoria proposta por Adam Smith em sua obra “*A Riqueza das Nações*” (1776), na qual analisa a divisão do trabalho e a sua especialização que estão intrínsecas na

produção de bens e serviços, permitindo que os trabalhadores se especializem em tarefas específicas, o que leva a um aumento na eficiência e no progresso. Essa dinâmica é eficaz em uma economia que utiliza a moeda como intermediária de troca.

Por outro lado, a função da moeda como medida de valor consiste em atuar como uma unidade padrão utilizada para expressar e comparar o valor de bens e serviços em uma economia. Com isso, a moeda possibilita a definição de preços, simplificando a análise, a comparação e a realização de transações econômicas. Em sua ausência, os valores de cada bem ou serviço são expressos em relação aos valores dos demais bens e serviços com os quais possam ser diretamente trocados (LOPES e ROSETTI, 1998, p. 22).

A moeda pode exercer também a sua função de reserva de valor para os agentes econômicos detentores que esperam no futuro auferir alguma riqueza na forma monetária. É o que resume Lopes e Rosetti (1998, p. 24), quando sinaliza que a moeda como reserva de valor possibilita a excelência de poder de compra. Afinal, enquanto a liquidez dos demais ativos é altamente variável, a moeda tem a característica de ser a liquidez por excelência. Ulrich (2014, p. 93) acrescenta que um bem que ganha crescente liquidez no mercado tende a ser estocado, ou entesourado, como reserva de valor, de riqueza, para ser usado no comércio futuramente, quando será, então, empregado como meio de troca.

Gudin (1954) reforça esta teoria quando discorre que:

Uma soma de dinheiro, recebida em pagamento, quer se trate do ordenado de um funcionário, do salário de um operário ou do preço de uma colheita, tem sempre um duplo destino: ela serve, de um lado, para as despesas, à medida que elas se apresentam no decurso da semana, do mês ou do ano e, de outro lado, para conservar o valor do serviço prestado ou da mercadoria vendida durante o tempo, às vezes indeterminado, que vai decorrer, até que a moeda seja inteiramente despendida. Assim aparece a noção da moeda como reserva de valor (GUDIN, 1954, p.19).

Pode-se juntar a esta linha de pensamento os conceitos propostos por Keynes em sua obra “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*” (1936), onde argumenta que a moeda é o ativo mais líquido da economia, pois pode ser prontamente utilizada para transações sem perdas de valor. O entendimento de Keynes sobre a moeda como reserva de valor está diretamente relacionado à sua visão sobre a preferência pela liquidez e o papel da confiança no funcionamento da economia.

A moeda, em termos gerais, é o meio mais conveniente de armazenar valor, pois é o mais líquido de todos os ativos. Mas ela não é, em si mesma, uma boa reserva de valor a longo prazo, a menos que a confiança na estabilidade da economia e nas suas instituições seja sólida (KEYNES, 1936, p. 167).

Essa citação aborda a função da moeda como reserva de valor, destacando a importância da confiança na estabilidade econômica para que a moeda cumpra esse papel de forma eficaz, como bem destacou Keynes (1936).

Citamos neste íterim, a função da moeda como poder liberatório que está atrelada a sua utilização como intermediária de troca e medida de valor, pois ela não apenas facilita as transações, mas também assegura que as obrigações financeiras sejam cumpridas de forma eficiente. Lopes e Rossetti (1998, p.25) ressaltam que a moeda se distingue dos demais ativos financeiros porque possui funções que resguardam o seu poder de compra ao longo do tempo, além de se materializar como forma de riqueza para os agentes econômicos com poderes para saldar dívidas, liquidar débitos, além de livrar seu detentor de uma situação passiva.

Ademais, na função da moeda como padrão de pagamentos diferidos, o autor Mankiw (2012, p.39), pontua que a moeda também cumpra a função de permitir que transações sejam feitas no presente, mas pagas no futuro, facilitando o crédito e a negociação de dívida. Esta capacidade de facilitar a distribuição de pagamentos ao longo do tempo ajuda na concessão de crédito e nas diferentes formas de adiantamentos.

Na função da moeda como instrumento de poder, se admite a moeda com um título de crédito. Os que o detém possuem direitos de haver sobre os bens e serviços disponíveis no mercado. Esta função também se manifesta através da intervenção do Estado, que emite ou controla a emissão da moeda corrente, mas não pode determinar o valor dessa moeda. Esse valor se determina no mercado, nas trocas com as mercadorias. O Estado pode emitir notas e declarar que elas são moeda de curso legal, mas não lhes pode fixar o valor (GUDIN, 1954, p.24).

Com o propósito de tornar as funções da moeda eficaz na economia, ela possui características que garantem a sua eficiência enquanto instrumentos de políticas monetárias. De acordo com Lopes e Rosetti (1998, p. 25) as características essenciais da moeda são:

- *Indestrutibilidade*: deve ser durável, não se destrua ou se deteriore. Também é um obstáculo para a falsificação.
- *Homogeneidade*: o valor precisa ser efetivamente igual, para que a moeda possa exercer suas funções essenciais.
- *Divisibilidade*: a moeda deve possuir múltiplos e submúltiplos em quantidade e variedade.
- *Transferibilidade*: facilidade com que se deve processar sua transferência, de um possuidor para o outro.

- *Facilidade no manuseio e transporte:* O manuseio e o transporte da moeda não podem prejudicar nem dificultar sua utilização.

Esses atributos consolidaram a moeda como um instrumento confiável e indispensável nas relações econômicas ao longo da história, preparando o caminho para a evolução histórica dos meios de pagamento e a constante busca por praticidade e eficiência nas transações econômicas. Para entender melhor este processo é necessário que se discorra sobre a evolução histórica dos meios de pagamentos, ou seja, desde a sua fase de escambo até o surgimento do papel-moeda. É o que veremos a seguir.

2.2 A Evolução Histórica dos Meios de Pagamento

Este capítulo aborda a evolução dos meios de pagamento, desde o escambo, onde bens eram trocados diretamente, até o surgimento do papel-moeda. A necessidade de sistemas mais eficientes levou ao uso de moedas metálicas e, posteriormente, à criação de formas mais práticas de pagamento, que impulsionaram o comércio e o crescimento econômico. Neste sentido, nos estágios mais primitivos da sociedade, a troca direta de bens e serviços era o principal meio de transação comercial. De acordo com Mill (2017, p. 33), antes que o dinheiro fosse inventado e em épocas em que ele era inútil ou extremamente escasso, o escambo era usado como meio para as pessoas obterem aquilo que precisavam ou queriam. O escambo é simplesmente o ato de trocar um bem ou serviço por outro bem ou serviço.

Na concepção de Jevons (1875, p. 3) "a principal dificuldade do escambo é que ele exige uma dupla coincidência de desejos, o proprietário de cada mercadoria deve desejar ao mesmo tempo a mercadoria que o outro possui". A dupla coincidência de desejos é um requisito essencial para o funcionamento do escambo e constitui uma de suas maiores limitações. Essa condição ocorre quando as partes envolvidas na troca precisam ter interesses compatíveis, ou seja, cada uma deve desejar exatamente o que a outra oferece, simultaneamente e na mesma proporção. Um exemplo prático dessa condição foi mencionado por Lopes e Rossetti (1998, p.18) quando explicou o seguinte: quando o indivíduo (ou grupo) A possui excedentes desejados por B, enquanto B, por sua vez, dispõe de excedentes desejados por A, ocorre a dupla coincidência de desejos. Essa coincidência de interesses permite uma troca rudimentar, na qual não há distinção entre compra e venda. A transação é realizada diretamente, por meio de bens ou serviços, caracterizando o escambo, sem qualquer intermediação de instrumentos monetários.

No sistema de escambo, as trocas podem ser divididas em diretas e indiretas, de acordo com a forma de negociação dos bens ou serviços entre os indivíduos. A troca é considerada direta quando ocorre sem o uso de um instrumento intermediário. Um exemplo disso é o pagamento de salários em mercadorias: o empregador utiliza o trabalho do empregado para atender diretamente às suas necessidades, enquanto o empregado consome as mercadorias recebidas, sem precisar trocá-las por outros itens (GUDIN, 1954, p.16).

O escambo indireto ocorre quando um bem intermediário é utilizado para facilitar a troca, mesmo que não seja o objetivo final de consumo de uma das partes. Esse bem intermediário pode ser algo de maior aceitação ou utilidade geral dentro da comunidade. Por exemplo, o indivíduo B trocará n pela mercadoria m, em seguida trocará m, que ele não deseja, pela mercadoria o, que é aquela que ele necessita. A troca foi indireta, e m mercadoria foi o instrumento de troca (GUDIN, 1954, p.16).

Esta prática de escambo indireto diminui a necessidade de uma coincidência exata de desejo entre as partes ao colocar o bem como um meio de troca, conforme Ulrich (2014) enfatiza:

Meio de troca é um bem econômico utilizado nas trocas indiretas que soluciona o problema da dupla coincidência de desejos das trocas diretas, ou escambo. O padeiro quer leite, enquanto o leiteiro quer um sapato. Como resolver o problema? O padeiro também tem sal e sabe que o sapateiro e outros produtores também o demandam. Logo, o leiteiro, em troca de seu leite, aceita o sal, não para consumi-lo, mas para trocá-lo no futuro pelo sapato do sapateiro. À medida que mais indivíduos passam a usar o sal nas trocas indiretas, a mercadoria torna-se, consequentemente, um meio de troca (ULRICH, 2014, p. 93).

A crescente dificuldade de se estabelecer relações justas de troca, e de encontrar parceiros onde houvesse dupla coincidência de desejos, despertou uma tendência para afastar, pouco a pouco, várias mercadorias que serviam de instrumento de troca, concentrando-se, gradativamente, a preferência nas mercadorias, que eram mais facilmente trocáveis, isto é, naquelas universalmente empregada como meio de troca (GUDIN, 1954, p. 17). Além disso, este primeiro sistema de pagamentos demonstrou que possuía muitas limitações, pois as diversas características intrínsecas à moeda não estavam sendo atendidas, tais como: transferência de valores, durabilidade, flexibilidade e padronização. E com o desenvolvimento e a intensificação da divisão do trabalho, o crescimento econômico exigiu um aperfeiçoamento do dinheiro utilizado nos intercâmbios no mercado (LOPES e ROSSETTI, 1998, p.25).

Ademais, outro meio de pagamento que apresenta valor intrínseco devido às suas propriedades úteis ou características físicas, é a chamada moeda mercadoria, que ao contrário das moedas fiduciárias modernas, têm valor porque são aceitas como meio de troca e são derivadas de suas qualidades tangíveis. Mercadorias como sal, minerais, metais, produtos

agrícolas, ouro e prata foram por muito tempo utilizadas como formas de dinheiro antes da introdução de moedas de metal ou papel-moeda (SMITH, 1776, p. 11).

De acordo com Gudin, (1954, p.33) “dois elementos predominam sempre na escolha dos objetos destinados a instrumentos de troca: a utilidade generalizada e o hábito.” Todos os itens de utilidade e de demanda comum em cada região, como gado, cereais, peles, tabaco, sal, entre outros, além de objetos de adorno de ouro ou prata, foram usados como intermediários de troca. Objetos de uso comum se tornaram moeda devido ao hábito, ganhando valor pela aceitação geral, que continua sendo a principal característica da moeda até hoje.

De forma geral, os metais foram as mercadorias que mais se ajustaram as funções monetárias, não só porque suas características intrínsecas aproximaram-se mais das características essenciais que exigem dos instrumentos monetários, como também porque seu valor de uso não compromete nem compete tão diretamente com seu valor de troca. Além de possuir uma característica como a todas essas mercadorias que é a tangibilidade (LOPES e ROSSETTI, 1998, p.31).

Gudin (1954, p. 17) completa esta afirmação ao analisar o seguinte:

Essa evolução para o uso de um só instrumento de troca, quer dizer, para o emprego exclusivo de uma única mercadoria para esse fim, ainda não está completamente realizada. Nas grandes civilizações, em algumas mais que em outras, a extensão das trocas indiretas conduziu ao emprego de dois metais preciosos — ouro e prata — como meio comum de troca.

Esta citação reflete como o ouro e a prata foram escolhidos devido às suas características únicas e maior abrangência em relação ao meio de pagamento utilizado inicialmente, o escambo. Ressalta-se que neste período de abundância de ouro e prata, a Espanha se tornou uma das nações mais poderosas da Europa devido à vasta quantidade de metais preciosos, extraídos de suas colônias. Ela recebeu uma quantidade enorme de metais, não só por sua posição de potência colonial, mas também como a única fornecedora de mercadorias às suas possessões americanas (GUDIN, 1954, p.35). No entanto, embora essa riqueza tenha impulsionado temporariamente a economia espanhola, gerando um crescimento econômico, também teve consequências negativas à longo prazo:

Este enriquecimento aparente e rápido incita os povos da Espanha a abandonar o trabalho, e marca o começo da decadência dessa grande nação. À teoria era a de que o Estado devia procurar atrair o ouro e a prata, e retê-lo o mais possível no país, interditando sua exportação. Mas, apesar dos interditos, os metais escapavam de todas as partes da península para pagar as compras que se efetuavam no exterior. O ouro e a prata espalham-se na Europa,

provocando o encarecimento de todas as coisas e fazendo nascer os males da inflação (GUDIN, 1954, p.35).

Isso reflete a teoria de que o influxo de ouro e prata, sem um aumento correspondente na produção de bens e serviços, pode gerar inflação e, conseqüentemente prejudicar a economia espanhola a longo prazo. Neste período também imperava a era mercantilista, cujo pensamento econômico pregava a busca incessante por metais preciosos para medir a riqueza de uma nação. O pensamento mercantilista sobre a importância dos metais preciosos como a principal fonte de riqueza e poder de uma nação, incentivou a exploração e a competição entre as potências europeias para garantir o controle sobre esses recursos por muito tempo (GUDIN, 1954).

A busca incessante por ouro e prata começou a declinar à medida que as economias e sistemas monetários evoluíram. Uma citação relevante sobre esse fim da busca desenfreada por ouro foi idealizada por Adam Smith, que criticou o foco excessivo no acúmulo de metais preciosos:

A riqueza de uma nação não reside no ouro ou na prata que ela possui, mas sim na quantidade de bens e serviços que ela é capaz de produzir. O verdadeiro valor de uma nação é determinado pela sua capacidade de gerar riquezas por meio do trabalho, e não por sua quantidade de metais preciosos (SMITH, 1776, p. 110).

O declínio da busca incessante por metais preciosos como símbolo de riqueza foi impulsionado por mudanças no pensamento econômico e pela compreensão crescente de que a verdadeira riqueza está mais relacionada à capacidade produtiva e à geração sustentável de valor. Conforme explica Gudín (1954), a partir do século XVII, começa a ocorrer uma transição conceitual importante: substitui-se a visão estreita de que o acúmulo de metais preciosos representa riqueza pela noção de que a moeda é apenas um instrumento a serviço do progresso econômico. Nesse contexto, a moeda passa a ser vista não mais como a própria riqueza, nem como sua criadora direta, mas sim como um meio para viabilizar a industrialização e o desenvolvimento econômico (GUDIN, 1954, p. 35- 36).

Uma das limitações do padrão-ouro¹, conforme destacado por Mill (2017), é o fato de que a emissão de moeda estava condicionada à quantidade de ouro disponível em reserva. Ou seja, um país só podia emitir moeda na medida em que possuísse ouro para respaldá-la, o que, por um lado, evitava a emissão excessiva e a conseqüente desvalorização da moeda. No

¹ O padrão-ouro consistia em um sistema monetário no qual a base da moeda era o ouro, sendo o papel-moeda conversível em ouro a uma taxa fixa. Isso significava que os países participantes mantinham reservas de ouro e garantiam a conversibilidade de sua moeda nacional com o metal, o que promovia estabilidade nas taxas de câmbio e controle da inflação (VASLIN, 2011).

entanto, esse mesmo mecanismo representava um entrave ao crescimento econômico. À medida que uma economia expandia sua capacidade produtiva, também era necessário ampliar a oferta monetária para acompanhar essa expansão. Contudo, como o padrão-ouro exigia lastro metálico, a escassez de ouro limitava a emissão de moeda, restringindo a capacidade de investimento e de crescimento da economia.

A escassez de metais preciosos começou a ser vista como um obstáculo para o crescimento econômico. Com o tempo, as sociedades perceberam a necessidade de um meio mais eficiente e portátil de facilitar as trocas. Conforme Mill (2017, p.36) houve a introdução da moeda fiduciária que se refere ao dinheiro em papel e virtual que intrinsecamente não possui valor e não é resgatável ou respaldado por alguma mercadoria real. Surgiu o conceito de dinheiro na forma de moedas e notas, representando um valor padrão que poderia ser trocado por bens e serviços.

Surgiu então o serviço de custódia de ouro², inicialmente feito pelos ourives e depois pelos bancos, que forneciam certificados de armazenagem. Esses certificados passaram a ser usados como substitutos do metal, facilitando as transações. À medida que o uso de cédulas bancárias cresceu, as transações com ouro diminuíram. Gradualmente, os clientes confiaram mais nos bancos, preferindo manter seus fundos em contas correntes em vez de resgatar o ouro, facilitando as movimentações sob demanda (ULRICH, 2014, p. 57).

Com a circulação espontânea de certificados representando depósitos de ouro e prata, surgiu uma nova forma de moeda, conhecida como moeda representativa ou moeda-papel, totalmente lastreada e com garantia de conversibilidade plena. Isso significava que seus possuidores podiam, a qualquer momento e sem aviso prévio, trocá-la pelos metais que originaram sua emissão (LOPES e ROSETTI, 1998, p. 35).

O Banco da Inglaterra, fundado no final do século XVII, começou a emitir recibos de moeda em custódia que, gradualmente, se tornaram transmissíveis por endosso e pagáveis ao portador. À medida que os ourives e banqueiros notaram que esses recibos circulavam frequentemente sem a necessidade de serem trocados por metal, perceberam que poderiam emitir mais recibos sem precisar de uma reserva metálica correspondente. Isso lhes permitiu conceder empréstimos e emitir novos recibos (ou notas) independentemente do depósito de metal, ou seja, passaram a criar moeda fiduciária. Inicialmente, os bancos apenas recebiam depósitos metálicos e emitiam recibos representando esses depósitos, mas posteriormente

² De acordo com Reis (2018) a custódia é o serviço de guarda, manutenção, atualização e exercício de títulos e ativos negociados no mercado. Com ela, os direitos dos títulos adquiridos ficam depositados em nome dos investidores, sob a responsabilidade do custodiante. Veja: <https://www.sun0.com.br/artigos/custodia/>

começaram a emitir notas sem o lastro de metal, o que marcou o início da emissão de moeda fiduciária (GUDIN, 1954, p. 53).

No padrão-ouro a economia fica restrita na produção de moeda por necessitar de um respaldo. De acordo com a análise de Gudin (1954) a moeda-papel, por possuir garantia por certa porcentagem de metal em depósito, isso permite dar à moeda em circulação o precioso predicado da elasticidade, isto é, da expansão ou retração, de acordo com as necessidades da produção e dos negócios. Com o perigo da emissão excessiva, tornou necessário a restrição do direito de emissão de notas, em cada país, a uma instituição, de caráter nacional, operando em estreita ligação com o Governo: o Banco Central.

A confiança dos comerciantes e, de maneira geral, da comunidade nos responsáveis pela guarda do ouro e da prata levou à criação da moeda fiduciária, ou papel-moeda. Esse processo, na verdade, representou a transição da moeda-papel (moeda representativa) para o papel-moeda (moeda fiduciária). A moeda fiduciária é gerada pelos bancos comerciais e corresponde ao total de depósitos à vista e de curto prazo nesses estabelecimentos financeiros. Sua circulação é realizada por meio de cheques ou ordens de pagamento, que servem para sua transferência e movimentação. Também chamada de moeda invisível, por não ter uma forma física, a moeda bancária é escritural, pois é representada por lançamentos de débito e crédito registrados nas contas correntes dos bancos (LOPES e ROSSETTI, 1998, p. 38).

Atualmente, quando o depositante precisa efetuar um pagamento, ele retira o dinheiro diretamente do banco. Com o tempo, passou a ser comum emitir uma ordem de pagamento diretamente ao destinatário. Se o pagador e o recebedor são clientes do mesmo banco, o pagamento é feito por meio de transferência entre contas, sem a necessidade de utilizar moeda metálica ou papel. Quando o recebedor é cliente de outro banco, ele apresenta a ordem ao seu banco, e os dois bancos ajustam suas contas entre si, utilizando dinheiro físico apenas para cobrir a diferença após as compensações mútuas (GUDIN, 1964, p.60). No quadro abaixo é possível comparar as características apresentadas no padrão-ouro e no papel-moeda, seu sucessor nos meios de pagamento:

Quadro 1: Comparabilidade de atributos monetários entre o ouro e o papel-moeda

Atributos	Ouro	Papel- moeda
Durabilidade	Alta	Baixa
Divisibilidade	Média	Alta
Maleabilidade	Alta	Alta
Homogeneidade	Média	Alta
Oferta (Escassez)	Limitada pela natureza	Ilimitada e controlada pelas autoridades monetárias

Dependência de terceiros fiduciários	Alta	Alta
--------------------------------------	------	------

Fonte: Fernando Ulrich (2014, p. 67).

Como visto, o ouro ofereceu por muito tempo uma reserva de valor segura e confiável, mas com limitações em termos de praticidade para transações cotidianas e flexibilidade econômica. O papel-moeda, por outro lado, é mais conveniente para o uso diário, permitindo uma adaptação dinâmica às necessidades econômicas. Essa evolução dos meios de pagamento reflete o avanço da tecnologia e as mudanças no comportamento do consumidor ao longo da história. Desde o escambo, em que bens eram trocados diretamente, até a criação das cédulas de papel-moeda, os sistemas de pagamento passaram por transformações significativas para oferecer mais segurança, praticidade e acessibilidade.

2.3 A Moeda e as Inovações Tecnológicas

Este capítulo analisa a relação entre moeda e inovação tecnológica, partindo da perspectiva teórica de Schumpeter. Em seguida, aborda como a inovação tecnológica tem impactado o setor de serviços, especialmente os bancários, que utilizam intensivamente tecnologia para aprimorar os meios de pagamento. Também se discute como a regulação acompanha essas inovações para garantir segurança financeira, e quais são os incentivos estratégicos que motivam os investimentos em novas soluções de pagamento.

A teoria da inovação tecnológica proposta por Joseph Schumpeter oferece uma base fundamental para compreender o papel da inovação no desenvolvimento econômico. Segundo ele, é preciso diferenciar a invenção e a inovação: “uma invenção é uma ideia, esboço ou modelo para um novo ou melhorado artefato, produto, processo ou sistema. Uma inovação, no sentido econômico somente é completa quando há uma transação comercial envolvendo uma invenção e assim gerando riqueza” (SCHUMPETER, 1988, p.68).

Segundo Schumpeter (1988), o agente central da transformação econômica é o empreendedor inovador, responsável por romper com o equilíbrio existente e gerar ciclos de crescimento. Assim, a inovação tecnológica não é apenas uma melhoria incremental, mas um verdadeiro motor de mudança estrutural nos mercados e na sociedade.

A trajetória histórica da moeda acompanha as três etapas clássicas do ciclo da inovação apresentados por Schumpeter: invenção, difusão e estratégia. A invenção da moeda surgiu como solução para as limitações do escambo, sendo um marco inicial na organização econômica das sociedades. Ao longo dos séculos, essa invenção foi amplamente difundida e adaptada, assumindo diversas formas de metais preciosos e, depois, papel-moeda e, mais

recentemente, meios de pagamento digitais. No século XXI, diante da globalização e da crescente demanda por agilidade e segurança nas transações, a inovação monetária tornou-se uma estratégia essencial de sustentabilidade econômica para instituições financeiras. Assim, a moeda, além de instrumento de troca, tornou-se também reflexo da dinâmica tecnológica e da evolução das necessidades econômicas contemporâneas (SANTOS *et al.*, 2012).

A inovação e o avanço tecnológico impulsionam a produtividade e a competitividade das organizações, além de favorecerem o desenvolvimento econômico, contribuindo para a melhoria das condições de vida na sociedade (BARANANO, 2005). No setor de serviços em geral, a inovação tecnológica tem desempenhado um papel central na modernização e na ampliação da eficiência operacional. De acordo com Kubota (2006, p.13): “o crescimento da produtividade e do emprego são altamente dependentes do sucesso das empresas de serviços, que são importantes agentes do crescimento econômico recente de muitas economias dos países (...)”. Essa evolução demanda investimentos contínuos em tecnologias que melhorem a experiência do cliente, aumentem a produtividade e tornem as empresas mais competitivas em um ambiente cada vez mais digital e dinâmico.

Para Baranano (2005) a inovação pode ser potencializada em uma organização a partir dos seguintes fatores:

- Criação de canais de comunicação fluídos, a criação de inovações depende de vários tipos de conhecimentos que estão distribuídos entre as várias áreas funcionais da organização;
- Envolvimento dos clientes no processo de inovação, a empresa inovadora deve ser capaz de identificar as necessidades atuais e latentes dos clientes;
- Apoio da alta gestão da organização;
- Disponibilidade de recursos humanos qualificados, mudanças e melhorias podem ser induzidas na organização através de colaboradores qualificados, que valorizam a constante aquisição de conhecimentos;
- Criação e manutenção de uma estrutura organizacional flexível.

Especificamente nos serviços bancários, a inovação tecnológica tem sido um diferencial estratégico. Pois analisa os fatores determinantes da percepção da inovação tecnológica em serviços, bem como verifica o potencial desta para a fidelização de clientes. (GUIMARÃES *et al.*, 2021). Com o avanço da tecnologia, instituições financeiras têm

investido em soluções baseadas em inteligência artificial, big data³, blockchain⁴ e machine learning⁵ para oferecer serviços mais personalizados e eficientes.

Os fatores apontados por Baranano (2005) são fundamentais para a inovação tecnológica no setor bancário. A comunicação integrada, o foco nas necessidades dos clientes, o apoio da alta gestão, a qualificação dos colaboradores e a flexibilidade organizacional são elementos que permitem aos bancos adotarem tecnologias como inteligência artificial, aplicativos e serviços digitais de forma eficiente, mantendo-se competitivos em um mercado em constante evolução.

A inovação tecnológica no setor bancário exige não apenas investimento em infraestrutura, mas também em segurança da informação e conformidade regulatória como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ou seja, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas ou empresas e organizações públicas, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e proteção de dados pessoais. Portanto, os bancos precisam equilibrar a busca por eficiência com a responsabilidade de proteger os dados dos clientes e cumprir normas do setor (BCB, 2018).

2.4 Sistemas de Meios de Pagamentos Eletrônicos do Brasil

Este subitem aborda a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), destacando suas principais entidades, subsistemas e procedimentos de liquidação de operações financeiras. Serão exploradas as inovações adotadas pelos bancos comerciais nos meios de pagamento, incluindo cartões, transferências eletrônicas, boletos, carteiras digitais e o Pix.

Começamos apresentando o Banco Central do Brasil (BCB) que foi instituído pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É importante destacar que o Bacen é uma autarquia federal que integra o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Entre suas principais atribuições estão o monopólio da emissão do papel-moeda e das moedas metálicas, a função de “banco dos bancos”, a supervisão do SFN, o controle da oferta de moeda e crédito na economia, além da

³ Big data é um conjunto de dados maior e mais complexo, especialmente de novas fontes de dados. Esses conjuntos de dados são tão volumosos que o software tradicional de processamento de dados simplesmente não consegue gerenciá-los. No entanto, esses grandes volumes de dados podem ser usados para resolver problemas de negócios que você não conseguiria resolver antes. Veja em: <https://www.oracle.com/br/big-data/what-is-big-data/>.

⁴ Blockchain é um ledger (livro-razão) digital que registra com segurança os dados de transações em uma rede distribuída de computadores. Veja em: <https://academy.binance.com/pt/articles/what-is-blockchain-and-how-does-it-work>.

⁵ Machine Learning, ou Aprendizado de máquina, é um ramo da Inteligência Artificial que se concentra em criar sistemas que podem aprender a partir de dados. Veja em: <https://www.alura.com.br/artigos/machine-learning>.

execução das políticas monetária e cambial (BACEN, 2016). A estrutura do Sistema Financeiro Nacional está disposta no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

	Moeda, crédito, capitais e câmbio			Seguros privados	Previdência Privada
Orgãos Normativos	Conselho Monetário Nacional (CMN)			Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)
Supervisores	Banco Central do Brasil (BCB)		Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)
Operadores	Bancos e Caixas Econômicas	Administradoras de Consórcios	Bolsa de Valores	Seguradoras e Resseguradoras	Entidades Fechadas De Previdência Complementar (Fundos de Pensão)
	Cooperativas de Crédito	Corretoras e Distribuidoras	Bolsa de Mercadorias e Futuros	Entidades Abertas de Previdência	
	Instituições de pagamento	Demais Instituições Não Bancárias		Sociedade de Capitalização	

Fonte: Banco Central do Brasil (2025).

De acordo com Fortuna (1992, p.19-23) o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos normativos: o Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país. E a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada pela Lei 6.385, em 07/12/1976, voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro e pelo Tesouro Nacional. Aqui se encontram as Bolsas de Valores, a B3, que negocia os derivativos com seus contratos futuros, além de outros produtos e serviços financeiros.

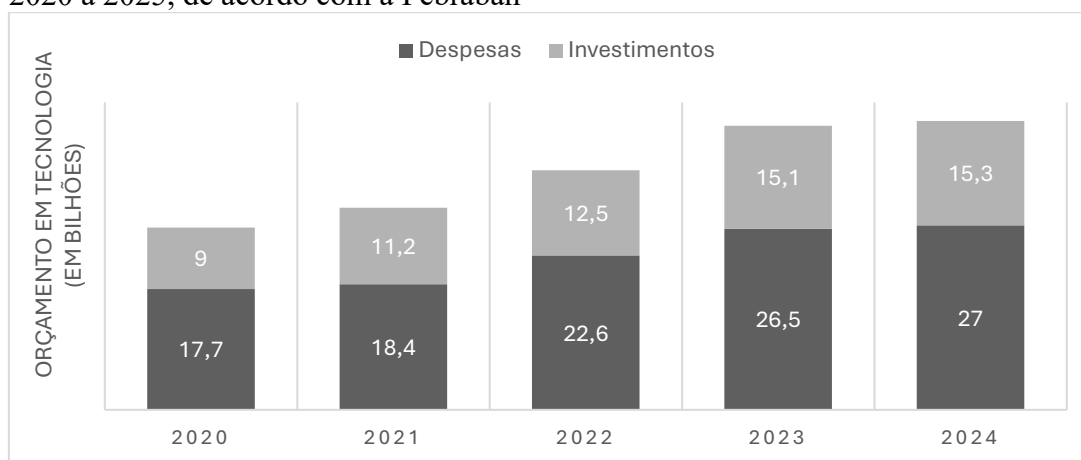
Sob a supervisão do Banco Central do Brasil, estão os bancos comerciais e caixas econômicas, as cooperativas de crédito, as instituições de pagamentos, as administradoras de consórcios, as corretoras e distribuidoras e as demais instituições não bancárias (ASSAF NETO, 2014). É neste cenário, que surgem as novas formas de meios de pagamentos, as digitais, que evoluem a cada dia.

Segundo a abordagem dos autores Chakravorti e Kobor (2003, p.3) as inovações nas formas de pagamentos se dividem em duas categorias distintas, a saber: tecnologia e

inovação em serviços. Nas inovações tecnológicas usam-se a tecnologia para modificar um processo ou produto existente ou criar um. Ao passo que a inovações em serviços são mudanças nos produtos ou processos que não necessariamente envolvem mudanças na tecnologia subjacente. Frequentemente, inovações podem ser tecnológicas e relacionadas a serviços ao mesmo tempo. Neste contexto, os autores identificam quatro incentivos estratégicos para investir ou inovar em sistemas de pagamentos: (i) reduzir custos; (ii) incrementar receitas pela introdução de novos produtos ou serviços ou diferenciando consumidores; (iii) conquistar novos clientes; (iv) reter clientes.

As instituições financeiras buscam a cada dia mais fazer investimentos em tecnologia de forma estratégica para expansão dos seus produtos, além de reforçar o compromisso com a transformação digital e o fortalecimento da competitividade no setor. No Gráfico 1 temos o valor total do orçamento empregado pelas empresas em tecnologias e inovação, ele está discriminado em investimentos e despesas, de acordo com Febraban (2025).

Gráfico 1: Investimentos e Despesas no orçamento das Instituições Financeiras no período de 2020 a 2025, de acordo com a Febraban



Fonte: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária (FEBRABAN, 2025)

De acordo com a pesquisa, nos anos anteriores a 2020 não era solicitado aos bancos o total de despesas e investimentos com serviços de Tecnologia. No Gráfico 1, é possível visualizar uma evolução constante no nível de investimentos ao longo dos anos de 2020 a 2024 e com uma expectativa de elevação para o ano de 2025 (FEBRABAN, 2025).

Todos esses investimentos transformaram as experiências dos clientes das instituições financeiras. Os cartões de crédito e débito foram os pioneiros na transição para pagamentos digitais, facilitando o acesso a transações rápidas, seguras e práticas, além de impulsionarem a inclusão financeira. Para ilustrar essa evolução, o Quadro 3, a seguir apresenta

os valores das transações realizadas por meio de cartões de crédito e débito durante os anos de 2018 a 2024.

Quadro 3: Valores e taxas de crescimento (%) das Transações Financeiras realizadas através de Cartões de Crédito e Débito no período de 2018 a 2024

Ano	Cartão de Crédito	Taxa de crescimento (%)	Cartão de Débito	Taxa de crescimento (%)
2018	833.974.930.458,05		561.068.624.238,88	
2019	1.063.899.734.192,72	27,56	663.920.503.720,80	18,33
2020	1.112.212.779.337,49	4,54	810.889.664.995,49	22,13
2021	1.522.377.169.708,51	36,87	910.562.310.632,22	12,29
2022	2.037.514.821.463,42	33,83	983.504.125.535,16	8,01
2023	2.309.525.137.588,03	13,35	975.233.087.729,93	-0,84
2024*	1.239.890.620.432,22	-46,31	474.213.160.427,51	-51,37
TOTAL	10.119.395.193.180,40		5.379.391.477.279,99	

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaborado pela Autora (2025).

* Dados apenas do primeiro semestre.

Observamos no Quadro acima que a transformação digital dos meios de pagamento no Brasil tem se intensificado nos últimos anos, refletindo mudanças nos hábitos de consumo da população, inovações tecnológicas e alterações regulatórias promovidas pelo Banco Central. Com base nos dados oficiais referentes ao volume de transações financeiras realizadas por cartões de crédito e débito entre os anos de 2018 e 2024 (ano em curso, com dados parciais), observa-se um crescimento expressivo das transações com cartão de crédito, acompanhado por um crescimento mais moderado e, recentemente, uma retração das transações com cartão de débito (BCB, 2024).

Entre 2018 e 2023, o volume movimentado por cartões de crédito passou de R\$833,97 bilhões para R\$ 2,31 trilhões, representando um aumento acumulado de aproximadamente 177%. Esse crescimento foi impulsionado por diversos fatores, como o avanço das fintechs e bancos digitais, a popularização dos cartões sem anuidade, a expansão do comércio eletrônico, a adoção massiva dos pagamentos por aproximação e o uso intensivo do parcelamento sem juros como forma de acesso ao consumo. O auge da expansão nominal do crédito ocorreu em 2021 (+36,87%) e 2022 (+33,83%), período marcado pela reabertura da economia após a pandemia de COVID-19, combinado a uma inflação elevada que, por si só, elevou os valores nominais das transações.

Em contraste, o cartão de débito apresentou uma trajetória distinta, tal como se observa no Quadro 3. Apesar do crescimento expressivo entre 2019 e 2021, sobretudo em 2020 (+22,13%), impulsionado pelo pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia, o seu

ritmo desacelerou nos anos seguintes. Em 2022, o crescimento caiu para 8,01%, e em 2023 o débito registrou retração de 0,84%, sugerindo uma tendência de substituição desse meio de pagamento, especialmente pelas transferências instantâneas via Pix, criado pelo Banco Central em 2020. O Pix, por sua gratuidade, facilidade de uso e liquidação imediata, tem substituído o cartão de débito em transações de baixo valor, especialmente em estabelecimentos de pequeno porte e no comércio informal.

Os dados parciais de 2024 indicam uma queda significativa tanto nas transações com crédito (-46,31%) quanto com débito (-51,37%), o que pode gerar, à primeira vista, uma percepção equivocada de retração. Contudo, é importante destacar que os valores correspondem apenas aos primeiros meses do ano e, portanto, ainda não refletem o volume anualizado. Projeções indicam que o volume de transações com crédito em 2024 pode ultrapassar R\$ 2,4 trilhões, mantendo um crescimento modesto frente a 2023. No caso do débito, os dados parciais reforçam a tendência de estagnação ou retração real desse instrumento.

Adicionalmente, a política monetária também desempenhou papel relevante nessa dinâmica. O ciclo de alta da taxa Selic iniciado em 2021, alcançando patamares superiores a 13% ao ano, encareceu o crédito rotativo e impôs maior seletividade por parte dos emissores de cartões. Em 2024, a promulgação da Lei nº 14.790, que impôs um teto de 100% ao ano para os juros do rotativo do cartão de crédito, tende a afetar a rentabilidade dos emissores e, conseqüentemente, a oferta de crédito. Ainda assim, o cartão de crédito permanece relevante por suas características específicas, como o parcelamento, os programas de fidelidade e a aceitação universal (BCB, 2023).

Por fim, observa-se uma mudança estrutural no sistema de pagamentos brasileiro. O cartão de crédito tem mantido protagonismo nas transações de maior valor, especialmente no comércio eletrônico e nas compras parceladas, enquanto o cartão de débito perde espaço para o Pix, que, desde sua implementação, tem crescido exponencialmente em volume e número de usuários. Essa transição reflete uma digitalização acelerada e uma maior eficiência nos meios de pagamento, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios aos agentes financeiros e reguladores.

O aumento do número de transações financeiras observadas no Quadro anterior, mostra a transformação digital dos serviços financeiros no Brasil que tem promovido uma significativa expansão dos meios eletrônicos de pagamento, com destaque para os cartões bancários. Essa informação poder ser vista pela quantidade de cartões (crédito e débito) emitidos no Brasil entre os anos de 2018 e 2023, conforme mostra o Quadro 4. Neste, observou-se um crescimento expressivo na quantidade de cartões emitidos no país, reflexo direto da

inclusão financeira, do avanço das fintechs, da digitalização bancária e das mudanças nos hábitos de consumo. A partir de dados oficiais disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, verifica-se que o número de cartões emitidos saltou de 644,8 milhões em 2018 para aproximadamente 1,79 bilhão em 2023, representando um crescimento acumulado de 177% no período.

Quadro 4: Quantidade e taxa de crescimento (%) de cartões emitidos no período de 2018 a 2024

Ano	Quantidade de Cartões Emitidos	Taxa de crescimento (%)
2018	644.811.047	
2019	854.203.861	32,47
2020	891.919.717	4,42
2021	1.227.278.997	37,60
2022	1.604.209.638	30,71
2023	1.786.493.292	11,36
2024*	1.005.472.764	-43,72
TOTAL	8.014.389.316	

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Autora (2025)

* Dados apenas do primeiro semestre

O período entre 2018 e 2019 já aponta um forte aumento, com uma taxa de crescimento de 32,47%, impulsionada pela popularização das contas digitais e pelos cartões múltiplos ofertados por bancos digitais, geralmente isentos de anuidade. Essa tendência continuou, ainda que de forma mais modesta, em 2020, ano marcado pela pandemia da COVID-19, com crescimento de 4,42%. Apesar da desaceleração, a emissão foi sustentada, em parte, pela ampliação dos benefícios sociais e pela distribuição de cartões de débito por instituições públicas, voltados ao pagamento do auxílio emergencial.

O ano de 2021 registrou o maior crescimento percentual do período analisado, com alta de 37,60% na emissão de cartões. Esse desempenho está associado à retomada da atividade econômica, ao crescimento dos pagamentos por aproximação (*contactless*) e à ampliação do uso de cartões pré-pagos, notadamente em aplicativos de mobilidade, alimentação e entrega. Em 2022, o crescimento continuou elevado, atingindo 30,71%, impulsionado por programas sociais como o Auxílio Brasil, pela expansão do *open finance* e pela intensificação da competição entre emissores, que passaram a ofertar cartões *white-label* e produtos personalizados.

No entanto, em 2023, observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento, com taxa de 11,36%. Este movimento sinaliza o início de um processo de saturação do mercado, em que a base de cartões por habitante ultrapassa a marca de oito unidades, indicando que o crescimento passa a depender mais da substituição tecnológica (cartões virtuais, tokenização, carteiras digitais) do que da incorporação de novos usuários.

Os dados referentes a 2024, contidos no Quadro 4, indicam uma retração expressiva na quantidade de cartões emitidos (−43,72%), porém, trata-se de uma informação parcial (possivelmente até abril ou maio) e que também reflete um processo de racionalização adotado por instituições emissoras. Esta retração está associada à desativação de cartões dormentes, ou seja, sem movimentação há meses, bem como às novas diretrizes regulatórias que limitaram os juros do crédito rotativo a 100% ao ano (Lei nº 14.790/2024). Essa limitação tende a reduzir a rentabilidade dos emissores, os quais passam a adotar uma postura mais cautelosa na oferta de crédito e na emissão de cartões (BCB, 2023).

Do ponto de vista estrutural, a expansão da base de cartões emitidos no Brasil foi impulsionada por cinco principais fatores: i) a digitalização bancária e o crescimento das fintechs; ii) a criação de arranjos de pagamento mais flexíveis e personalizados, como os cartões pré-pagos e white-label; iii) a ampliação da inclusão financeira através de programas sociais; iv) a concorrência tecnológica com novos meios de pagamento, como o Pix; e v) os ciclos de política monetária e as mudanças regulatórias, que afetam diretamente a estratégia de crédito dos emissores (BCB, 2023).

Em síntese, embora o número absoluto de cartões emitidos tenha crescido significativamente até 2023, o mercado caminha para um novo estágio, caracterizado por estabilidade, maior concorrência entre instrumentos financeiros e foco na qualidade do uso dos cartões, e não apenas na quantidade emitida. A tendência para os próximos anos é de moderação no crescimento, com ênfase na inovação tecnológica, na segurança digital e na integração dos cartões com outras formas de pagamento eletrônico, consolidando o cartão como uma ferramenta complementar em um ecossistema financeiro cada vez mais instantâneo e digitalizado.

A evolução do número de clientes com carteira de crédito ativa nas principais instituições financeiras brasileiras entre 2018, 2021 e 2024, expostos na Tabela 1, revela uma reconfiguração expressiva do Sistema Bancário Nacional, refletindo transformações tecnológicas, regulatórias e comportamentais que marcaram o período. Com base nos dados do Banco Central do Brasil, observa-se que o contingente total de clientes passou de 93,95 milhões, em 2018, para 150,18 milhões, em 2024, expansão de 59,8 %. Essa dinâmica, contudo, não se distribui de forma homogênea entre os agentes, evidenciando a ascensão dos Bancos Digitais e o reposicionamento dos incumbentes tradicionais.

Do ponto de vista dos conglomerados bancários de maior porte, o Itaú Unibanco mantém a liderança, alcançando 31,7 milhões de clientes em 2024 (crescimento de 23,4 % em relação a 2018). O Banco do Brasil e o Bradesco sustentam trajetórias positivas, mas

moderadas, de 36,2 % e 10,7 %, respectivamente, sinalizando ganhos incrementais de participação atrelados à sua capilaridade histórica e à digitalização de serviços. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, registra a expansão mais robusta entre as chamadas “Big Five” (40,3 %), impulsionada por programas de transferência de renda, linhas de crédito habitacional e a estratégica integração de seu ecossistema digital via aplicativo Caixa Tem. Nas cooperativas de crédito da Região Norte, como Sicredi⁶ e Sicoob⁷, apresentaram avanços mais modestos, mas ainda assim revelam uma trajetória de expansão, especialmente no caso do Sicredi, que quadruplicou sua base no período.

A variável mais decisiva para o novo arranjo competitivo, segundo dados da Tabela 1, todavia, reside no desempenho dos bancos nativos digitais. O Nubank protagoniza um salto de 1,56 milhão para 30,17 milhões de clientes (+1.828 %), transformando-se em um dos maiores provedores de crédito ao consumo no país. De igual forma, o Banco Inter amplifica sua base em mais de dezessete vezes, atingindo 4,99 milhões de clientes. Esses resultados são tributários de modelos de negócios baseados em interfaces mobile-first, estruturas de custo enxutas e estratégias de aquisição respaldadas pelo “efeito rede” em plataformas abertas, fatores que favorecem a oferta de cartões de crédito sem anuidade, contas de pagamento gratuitas e marketplaces integrados (BCB, 2024).

No campo das cooperativas de crédito, Sicredi expande sua carteira em 391,6 %, ainda que a base permaneça restrita em termos relativos (88,6 mil clientes em 2024). Tal crescimento corrobora a hipótese de que arranjos cooperativistas podem captar nichos localizados, sobretudo em regiões de menor densidade bancária, por meio de relações de proximidade, vantagens tributárias e governança compartilhada.

Exceção relevante ao quadro de expansão é o Banco da Amazônia (Basa), cuja carteira encolhe 12,5 % no horizonte analisado. A redução sugere possíveis desafios na concessão de crédito em nichos de desenvolvimento regional, sobretudo diante da concorrência de linhas federais operadas por bancos de varejo de maior escala. Ademais, a ausência de dados de 2024 para Banco Pan e Sicoob limita inferências conclusivas sobre seu posicionamento recente (BCB, 2024).

⁶ Dados relacionados a cooperativa que atua em Santarém-PA, a saber: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense – SICREDI Norte, MT/PA.

⁷ Dados relacionados a cooperativa que atua em Santarém-PA, a saber: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados das Regiões Norte e Nordeste do Pará – SICOOB Unidas.

Tabela 1: Quantidade de Clientes em Carteira de Crédito Ativa por Instituições Financeiras no período de 2018, 2021 e 2024

Instituições	ANOS		
	2018	2021	2024
Banco do Brasil	11.807.885	14.363.678	16.086.651
Banpará	162.086	166.885	225.169
Basa	42.722	42.396	37.387
Bradesco	23.528.532	24.948.199	26.050.733
Caixa Econômica	14.622.841	14.881.196	20.509.638
Inter	254.885	1.511.765	4.991.614
Itaú	25.697.408	28.720.940	31.717.160
Nubank	1.564.235	10.731.837	30.169.055
Pan	2.337.845	4.519.230	-
Santander	13.913.377	19.240.546	20.303.975
Sicoob	1.857	2.965	-
Sicredi	18.036	45.723	88.663

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Autora (2025).

As informações contidas na Tabela 2, mostram a evolução dos canais de atendimento utilizados pelas instituições financeiras no Brasil, entre os anos de 2018 e 2024, que evidenciam um processo significativo de digitalização e reestruturação operacional no sistema bancário. Esses dados do Banco Central do Brasil revelam uma forte migração das transações financeiras para plataformas digitais, especialmente por meio de dispositivos móveis, em detrimento dos canais físicos e tradicionais.

Tabela 2: Quantidade de Transações Financeiras por Tipos de Canais de Serviços no período de 2018 a 2024

Ano	Telefones Celulares e PDAs (Wireless)	Centrais de Atendimento (call center)	Internet, Home e Office Banking	Correspondentes Bancários	Agências – Postos tradicionais	ATM	Posto de Atendimento Cooperativo
2018	2.158.018.490	10.343.605	3.546.162.269	2.686.771.028	844.652.757	934.967.596	274.766.998
2019	2.920.996.274	6.479.164	3.111.612.708	2.713.815.995	801.453.136	803.024.420	210.578.415
2020	4.014.031.829	5.567.376	2.715.448.656	2.361.581.136	673.481.549	622.290.441	235.903.186
2021	13.843.838.904	2.436.838	2.844.581.220	2.178.100.356	511.956.014	411.393.424	268.563.873
2022	43.366.703.870	1.841.067	8.395.700.828	1.598.186.320	465.208.196	297.394.843	240.386.410
2023	66.151.252.897	901.045	12.348.621.898	1.072.049.312	592.555.155	239.595.552	173.168.081
2024	44.847.639.992	235.756	7.638.215.574	465.832.272	356.119.475	94.733.208	101.824.998

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Autora (2025).

* Dados de 2024 são dos dois primeiros semestres.

Em 2018, os canais móveis (telefones celulares e PDAs) responderam por 2,16 bilhões de transações, enquanto em 2024 esse número saltou para 44,85 bilhões, o que representa um crescimento absoluto superior a 1.900% e um ganho expressivo de participação relativa no volume total de transações bancárias. Tal desempenho evidencia a consolidação dos dispositivos móveis como o principal canal transacional do setor, impulsionado por fatores

como: a ampliação do acesso à internet móvel, a popularização dos smartphones, a simplificação das interfaces dos aplicativos bancários e a implementação do Sistema de Pagamentos Instantâneos (Pix), em 2020.

Em contrapartida, os canais tradicionais apresentaram redução consistente no volume de transações. As agências bancárias, por exemplo, passaram de 844,6 milhões de operações em 2018 para 356,1 milhões em 2024 (redução de 57,8%). Os terminais de autoatendimento (ATM) apresentaram queda ainda mais acentuada, com retração de 89,9% no mesmo período, passando de 934,9 milhões para apenas 94,7 milhões de transações. Esses dados refletem o processo de reestruturação física das redes bancárias, orientado por estratégias de redução de custos fixos e de incentivo à migração para canais digitais, mais eficientes e escaláveis.

O canal *internet banking* (incluindo *home* e *office banking*) manteve crescimento absoluto até 2023, alcançando 12,34 bilhões de transações, mas perdeu relevância relativa frente ao canal móvel. Em 2024, esse volume caiu para 7,63 bilhões, possivelmente por substituição funcional por canais móveis e, em parte, por uma saturação na taxa de adoção entre determinados segmentos da clientela. Esse comportamento sugere uma consolidação do *mobile banking* como principal vetor da digitalização do setor bancário.

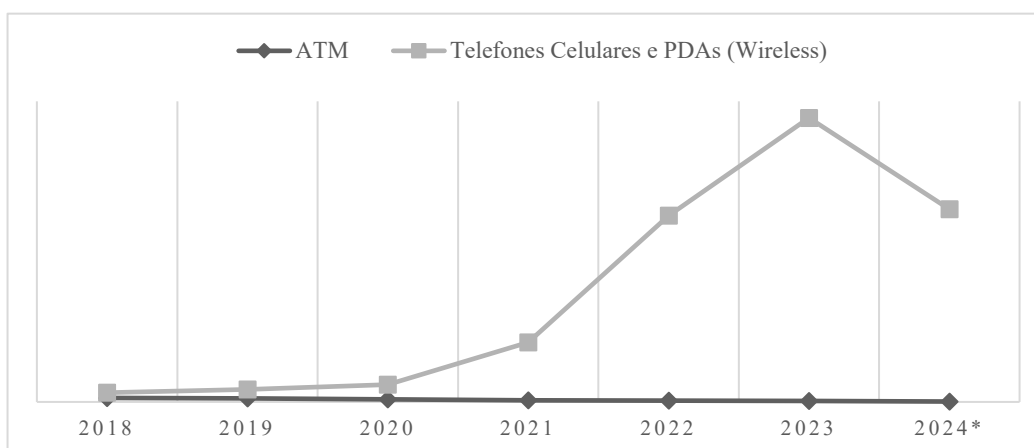
Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 2, os correspondentes bancários, criados para ampliar o acesso bancário em áreas remotas ou desassistidas, reduziram seu volume de transações de 2,68 bilhões (2018) para 465,8 milhões (2024), refletindo a diminuição da demanda presencial e a intensificação da digitalização mesmo em localidades periféricas. Contudo, esses canais ainda preservam relevância para faixas da população com baixo grau de inclusão digital. Os postos de atendimento cooperativo também registraram redução no período analisado, passando de 274,7 milhões para 101,8 milhões de transações (63%).

A queda drástica no volume de transações via *call center* (de 10,34 milhões para apenas 235 mil) corrobora a tendência de automação e de abandono de canais síncronos de atendimento humano, substituídos por interfaces digitais mais ágeis, como assistentes virtuais, *chatbots* e aplicativos móveis com inteligência embarcada. Observa-se que o total de transações bancárias atingiu seu pico em 2023, com mais de 66 bilhões de operações, seguido por uma aparente redução em 2024. Tal oscilação pode decorrer de fatores metodológicos, como alterações na forma de coleta ou classificação dos dados, ou indicar uma estabilização na curva de crescimento após o pico de adesão ao Pix e a outros instrumentos digitais (BCB, 2024).

Dessa forma, os dados apresentados na Tabela 2, no período 2018–2024 confirma a consolidação de um novo padrão de relacionamento bancário centrado na plataforma digital móvel, demandando das instituições financeiras maior investimento em segurança cibernética, infraestrutura tecnológica e modelos de análise de dados em tempo real. Para o acompanhamento contínuo dessas transformações, recomenda-se a utilização de metodologias quantitativas baseadas em séries temporais e modelos de previsão multivariados, considerando variáveis macroeconômicas, demográficas e regulatórias que influenciam o comportamento transacional dos usuários (BCB, 2024).

O Gráfico 2, evidencia de forma clara o processo de substituição dos canais tradicionais de atendimento bancário pelos canais digitais móveis no Brasil, com base na comparação entre o volume de transações realizadas por meio de telefones celulares/PDAs (Wireless) e terminais de autoatendimento (ATM), no período de 2018 a 2024.

Gráfico 2: Diferença na quantidade de transações realizadas por telefone e ATM no período de 2018 a 2024



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Autora (2025).

* Dados de 2024 são apenas do primeiro semestre

A curva referente ao uso de telefones celulares apresenta crescimento acentuado a partir de 2020, com inflexões positivas em 2021 e 2022, atingindo seu pico em 2023. O salto é notável entre 2020 e 2021, período que coincide com a intensificação da digitalização provocada pela pandemia de COVID-19 e pela consolidação do Pix como meio dominante de pagamentos e transferências. Em 2023, o canal alcança seu ponto máximo, ultrapassando 66 bilhões de transações. Apesar de uma leve retração em 2024, o volume permanece significativamente elevado em relação aos anos iniciais da série.

A linha que representa os ATMs revela estabilidade entre 2018 e 2020, seguida por uma trajetória de queda contínua a partir de 2021. Essa tendência reflete a substituição

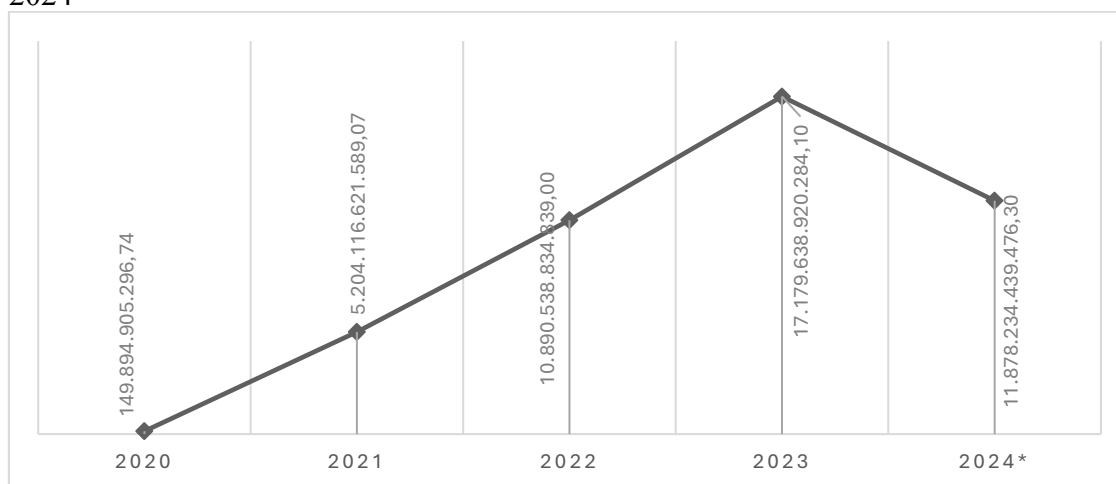
progressiva das operações presenciais por soluções digitais mais ágeis e acessíveis, além da estratégia dos bancos em reduzir a dependência de infraestrutura física, otimizando custos operacionais.

A partir de 2021, de acordo com o Gráfico 2, observa-se uma crescente divergência entre os dois canais: enquanto o uso de dispositivos móveis se acelera de forma exponencial, os ATMs entram em franca retração. Essa diferença de trajetória confirma a reestruturação dos hábitos de consumo bancário e a adaptação tecnológica dos usuários. O gráfico sugere um ponto de inflexão estrutural no setor bancário, no qual a mobilidade e a conveniência digital passaram a ser vetores centrais do relacionamento financeiro.

De acordo com o Gráfico 2, o comportamento contrastante das duas séries ilustra com clareza a migração dos usuários para canais digitais móveis como o principal meio de transações bancárias no Brasil. Tal fenômeno reforça a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura digital segura, interface de usuário (UX) e inclusão financeira digital, sobretudo para populações menos assistidas tecnologicamente. Além disso, a queda do uso de ATMs pode sinalizar desafios para a manutenção de acesso físico ao sistema financeiro em regiões remotas ou com baixa conectividade.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do volume financeiro transacionado por meio do sistema de pagamentos instantâneos Pix, no Brasil, entre os anos de 2020 e 2024. Os dados evidenciam um crescimento exponencial nas fases iniciais do sistema, seguido de uma desaceleração e leve retração no último ano da série analisada. Tal comportamento reflete tanto o ciclo de adoção tecnológica quanto ajustes regulatórios e operacionais no uso do instrumento.

Gráfico 3: Números de Transferência Bancárias realizadas via PIX, no período de 2020 a 2024



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Autora (2025).

* Dados de 2024 são apenas do primeiro semestre.

Em 2020, ano de lançamento do Pix (em novembro), o sistema movimentou aproximadamente R\$ 149,9 bilhões em menos de dois meses, evidenciando aceitação imediata por parte da população, mesmo com tempo reduzido de operação. A entrada do Pix no mercado coincidiu com um contexto de alta digitalização dos serviços financeiros, agravada pelas restrições da pandemia da COVID-19, o que contribuiu para sua rápida inserção como alternativa eficiente aos instrumentos tradicionais como DOC e TED.

O ano de 2021, de acordo com o Gráfico 3, marcou a fase de consolidação do Pix como principal meio de transferências no país, com salto para R\$ 5,2 trilhões transacionados crescimentos superiores a 3.300% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado pela obrigatoriedade da disponibilização da funcionalidade pelos bancos e instituições financeiras, pelo modelo gratuito para pessoas físicas e pela capacidade de liquidação imediata, 24 horas por dia, 7 dias por semana (BCB, 2021).

Em 2022, o valor movimentado mais que dobrou, alcançando R\$ 10,89 trilhões, o que representa uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 109%. Nessa fase, observa-se expansão dos casos de uso para além de transferências entre pessoas físicas (P2P), incorporando também operações comerciais (P2B), pagamentos de prestadores de serviço e transações públicas (G2P), além do lançamento de novas funcionalidades como o Pix Saque e o Pix Troco.

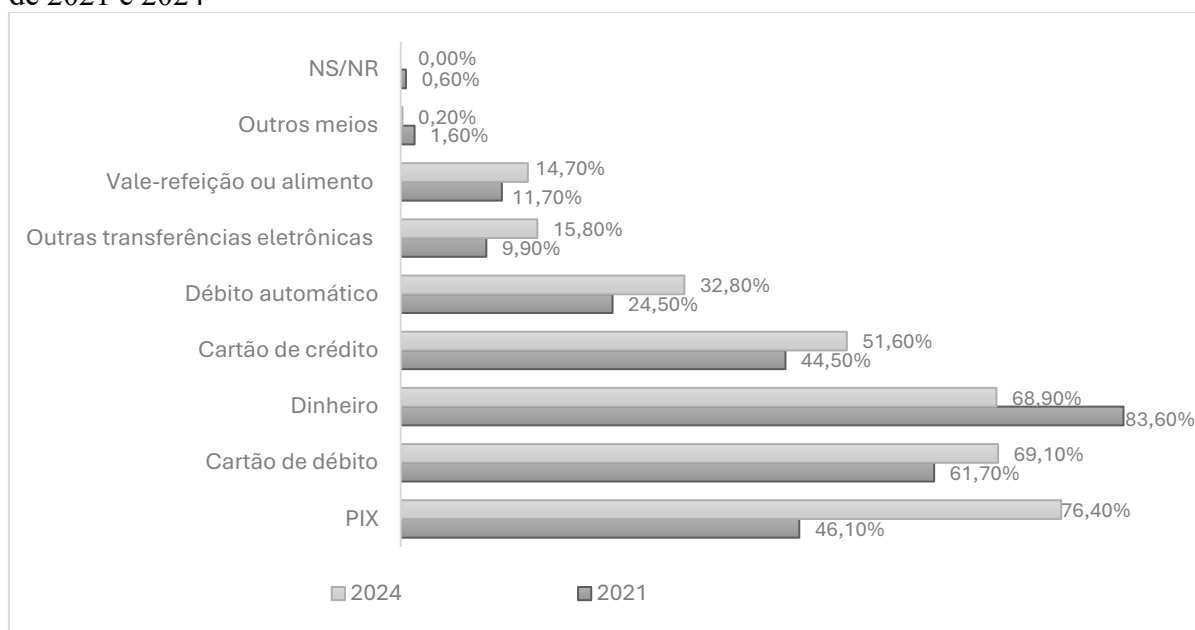
No ano de 2023, o volume transacionado chegou a R\$17,18 trilhões, com crescimento de 57,8% sobre o ano anterior. Embora o crescimento absoluto continue elevado, observa-se uma tendência de desaceleração relativa. Essa desaceleração é compatível com a fase de maturação do sistema, à medida que o mercado atinge altos níveis de penetração e o comportamento dos usuários se estabiliza. Em 2024, observa-se redução no volume total para R\$ 11,87 trilhões, o que representa uma queda de 30,9% em relação a 2023. Essa retração deve ser interpretada com cautela, pois o dado pode representar um valor parcial (como indicado no gráfico) ou refletir alterações metodológicas na contabilização das transações. Ademais, medidas regulatórias adotadas pelo Banco Central, como ajustes nos limites de valor por transação ou por horário, podem ter impactado o volume de operações de maior valor unitário.

Em síntese, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, do ponto de vista técnico, a trajetória do Pix reflete um ciclo clássico de difusão de tecnologia: fase de lançamento com crescimento acelerado, seguida por estabilização e transição para uma nova etapa baseada em inovação incremental. A redução de custos de transação, a praticidade operacional e a integração com aplicativos móveis explicam sua rápida adoção em larga escala. Além disso, Além disso, os dados sugerem impactos diretos sobre a eficiência do Sistema de Pagamentos

Brasileiro (SPB), com substituição de instrumentos mais caros (como DOC e TED) e fortalecimento da concorrência bancária, especialmente em segmentos como adquirência e iniciação de pagamentos. O Pix também tem potencial para alterar a dinâmica monetária, ao acelerar a velocidade de circulação da moeda e promover novos padrões de comportamento financeiro entre consumidores e empresas.

O Gráfico 4 apresenta dados comparativos sobre a utilização dos principais meios de pagamento no Brasil nos anos de 2021 e 2024. A análise revela uma reconfiguração nos padrões de pagamento da população, marcada pela ascensão do Pix como o principal instrumento transacional e pela redução do uso de dinheiro em espécie. O processo reflete a intensificação da digitalização financeira, impulsionada por políticas públicas, avanços tecnológicos e mudança comportamental dos consumidores (BCB, 2024).

Gráfico 4: Tipos de Meios de Pagamentos mais utilizados nas transações financeira no período de 2021 e 2024



Fonte: Banco Central do Brasil (2024). Elaboração: Autora (2025).

Segundo os dados apresentados no Gráfico 4, em 2021, o dinheiro era o meio de pagamento predominante, utilizado por 83,6% dos respondentes. Em 2024, esse percentual caiu para 68,9%, representando uma retração de 14,7 pontos percentuais. A queda no uso do numerário está associada à maior disponibilidade de meios digitais, à percepção de segurança nos pagamentos eletrônicos e ao estímulo governamental à bancarização. O movimento de substituição do papel-moeda por soluções eletrônicas se intensificou com o avanço das infraestruturas de pagamento de baixo custo, como o Pix.

O Pix, lançado em novembro de 2020 pelo Banco Central do Brasil, consolidou-se como o meio de pagamento mais utilizado em 2024, com 76,4% de adesão, frente aos 46,1% registrados em 2021, um crescimento de 30,3 pontos percentuais. O sistema se destaca pela liquidação em tempo real, pela gratuidade para pessoas físicas e pela integração nativa em aplicativos bancários, o que impulsionou sua adoção em larga escala para transações entre pessoas físicas (P2P), pagamento de serviços e, mais recentemente, para pagamentos comerciais (P2B).

Os cartões mantiveram presença significativa no período analisado. O cartão de débito passou de 61,7% para 69,1%, enquanto o cartão de crédito cresceu de 44,5% para 51,6%. O crescimento de ambas as modalidades pode ser atribuído à digitalização das carteiras, à expansão do comércio eletrônico e ao fortalecimento da cultura do pagamento parcelado. No caso do crédito, a oferta de produtos financeiros como cashback, programas de pontos e “buy now, pay later” também contribuiu para a expansão do uso.

O débito automático apresentou aumento moderado, de 24,5% em 2021 para 32,8% em 2024, refletindo o uso contínuo desse mecanismo para pagamento de serviços recorrentes como água, luz, telefonia e internet. O crescimento indica maior confiança dos usuários em mecanismos automatizados e maior digitalização dos contratos de prestação de serviço. As outras transferências eletrônicas, que incluem TEDs, DOCs e transferências interbancárias convencionais, passaram de 9,9% para 15,8%. Embora essa expansão seja expressiva em termos relativos, esses instrumentos continuam perdendo espaço frente ao Pix, que oferece maior conveniência, custo zero e instantaneidade. Vale destacar que parte desse crescimento pode ser atribuída à reclassificação metodológica das categorias de transação ou à inclusão de transferências empresariais de maior valor.

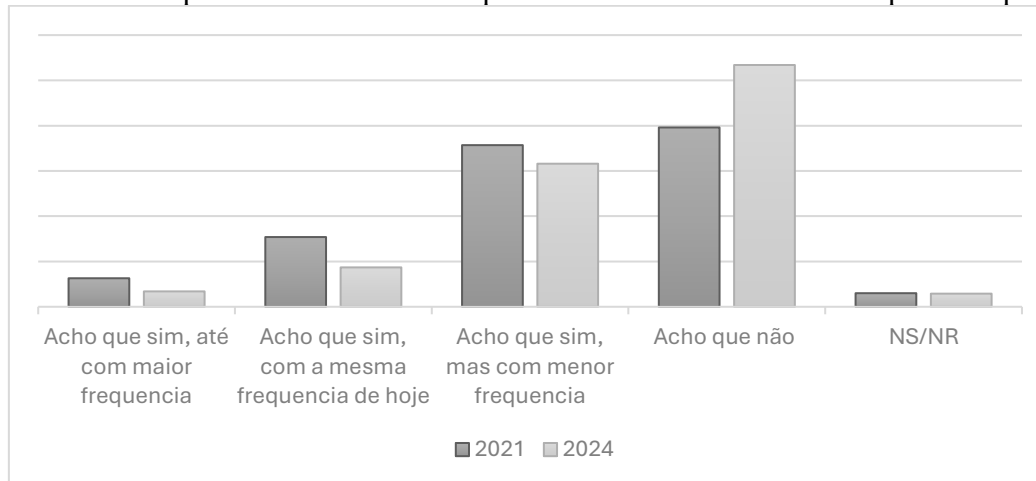
Os benefícios alimentação e refeição apresentaram leve aumento, de 11,7% para 14,7%, possivelmente impulsionados pela digitalização dos cartões corporativos, pela ampliação do uso em estabelecimentos comerciais e pela integração com plataformas digitais de delivery e e-commerce. Por fim, meios alternativos como boletos, cheques e pagamentos por aproximação com QR code em redes não bancárias continuam com baixa relevância estatística (0,2% em 2024), e a categoria “NS/NR” (não sabe/não respondeu) desapareceu na amostra de 2024, indicando maior clareza na identificação dos meios de pagamento por parte dos usuários.

Os dados do Gráfico 5 revelam uma mudança significativa na percepção dos brasileiros em relação ao uso do dinheiro em espécie. Em 2024, 53,4% dos entrevistados afirmaram que não acreditam que continuarão utilizando dinheiro daqui a cinco anos, um aumento considerável em relação aos 39,6% registrados em 2021. Ao mesmo tempo, diminuiu

o percentual daqueles que acreditam que continuarão utilizando dinheiro, seja com a mesma frequência (de 15,4% para 8,7%) ou com maior frequência (de 6,3% para 3,4%). Essa tendência indica uma expectativa de redução no uso do dinheiro físico, refletindo o avanço e a consolidação dos meios de pagamento digitais no cotidiano da população (BCB, 2024).

Com a proliferação dos smartphones, surgiram aplicativos e carteiras digitais que permitem pagamentos móveis. Serviços como *Apple Pay*, *Google Pay* e *Samsung Pay* utilizam tecnologia NFC⁸ (*Near Field Communication*) para realizar pagamentos por aproximação. Conforme a pesquisa realizada pelo *Beyond Borders* (2022-2023) e pela EBANX, “as compras com carteira digitais representaram 11% de todas as transações de e-commerce no Brasil”. Isto nos mostra que os brasileiros estão usando os canais digitais para fazer as suas transações financeiras, demonstrando a inovação, segurança, acessibilidade e confiabilidade destes meios nas transações bancárias do dia a dia” (FEBRABAN, 2023). Essas mudanças representam uma evolução significativa nos meios de pagamento, tornando as transações mais rápidas, seguras e convenientes. Isto nos mostra que o ecossistema de pagamentos digitais continuará a se transformar à medida que novas tecnologias e inovações forem introduzidas.

Gráfico 5: Expectativa dos usuários quanto ao uso do dinheiro em espécie daqui a 5 anos



Fonte: Banco Central do Brasil (2024). Elaboração: Autora (2025).

A mudança nas expectativas capturadas pelo Gráfico acima está fortemente associada a transformações estruturais no sistema de pagamentos brasileiro. A consolidação do Pix, a ampliação do acesso bancário via aplicativos móveis, a substituição do pagamento em espécie em setores como transporte público e comércio informal, bem como as políticas

⁸ NFC (*Near Field Communication*) é uma tecnologia que serve para transmissão de dados sem fio entre dispositivos próximos, como celulares, máquinas de cartão, smartwatches, entre outros eletrônicos. A conexão NFC ganhou destaque por permitir pagamentos por aproximação. Veja em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-nfc/>

públicas de educação financeira, contribuem para a construção de uma cultura de menor dependência do numerário. Além disso, o avanço de modelos de carteira digital, pagamento por aproximação (contactless), QR Codes e iniciação de pagamento via Open Finance favorecem a percepção de que o dinheiro físico tende a ser substituído por soluções digitais mais ágeis, seguras e economicamente eficientes.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Os Meios de Pagamentos e a sua Aplicação na Feira do Mercadão 2000 em Santarém-Pará

O município de Santarém está localizado na região oeste do Pará, mais exato, na Região do Baixo Amazonas, se destacando como principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural da região e uma das cidades mais antigas e importantes da Amazônia. É sede da Região Metropolitana de Santarém, o segundo maior aglomerado urbano do estado. De acordo com o último censo demográfico do IBGE (2022), o município conta com um aporte populacional de 331.942 habitantes, sendo o 3º município mais populoso do Pará e o 8º da Região Norte. Com uma área de 22.887 km², destaca-se por suas praias de águas cristalinas do Rio Tapajós, como Alter do Chão, conhecida como o “Caribe Brasileiro”.

Em termos econômicos, o PIB do município para o último ano divulgado pela Fapespa/IBGE (2021), mostra que o setor de serviços é o que mais contribui para o PIB local, ou seja, corresponde a 71% da riqueza gerada, seguido da indústria com 9% e da agropecuária com 7%. Enfatizamos que o setor de serviços, além de ter maior participação na composição total do PIB, é também o principal gerador de empregos. De acordo com os dois últimos levantamentos, em 2021, o setor de serviços foi responsável por 88% dos empregos, seguido do setor da indústria com 10% e a agropecuária com apenas 2%. Em 2023, a participação do setor de serviços aumentou ainda mais, foi responsável 90% das pessoas ocupadas, seguido da indústria que teve participação reduzida para 9%, e a agropecuária também reduziu para 1% a sua participação na geração de empregos.

Com o crescimento do PIB municipal anual, cresce também a oferta monetária circulando no município. Isso enseja a existência de instituições financeiras para exercer a sua função de intermediária financeira entre os agentes econômicos e os bancos comerciais ou de investimentos. No Quadro 5, temos a listagem das Instituições Financeiras que estão presentes

no município, são eles: Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Santander, Sicoob/ Cresol, Sicredi.

Quadro 5: Instituições Financeiras presentes no município de Santarém/Pará

BANCO	PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS	PRINCIPAIS TECNOLOGIAS OFERECIDAS
Banco da Amazônia (BASA)	Aberturas de contas Títulos de férias Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Banco do Brasil	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Banco do Estado do Pará	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Bradesco	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Caixa Econômica Federal	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Itaú Unibanco	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Santander	Aberturas de contas Capitalização Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Sicoob/ Cresol	Aberturas de contas Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones
Sicredi	Aberturas de contas Consórcios e seguros Cartões Empréstimos	Aplicativos para tablets e smartphones

Fonte: Elaboração: Autora (2025).

No município de Santarém, os serviços financeiros foram aprimorados à medida que as atividades econômicas foram crescendo, tais como a expansão da soja, a agricultura

familiar e a recente onda de crescimento econômico advindo do setor imobiliário e dos serviços de educação e comércio, o que movimenta o PIB da região. Para atender a demanda crescente por serviços financeiros por parte desses agentes econômicos, vários Bancos se fazem presente no município, oferecendo serviços tecnológicos e a facilitando as trocas comerciais.

É o que se observa também no âmbito das Feiras Livres, que no primeiro momento, essas Instituições Financeiras, em especial os Bancos, não tinham adesão de 100% dos feirantes, haja vista que tradicionalmente, elas operavam com base no uso do dinheiro em espécie, o que limitava o acesso aos serviços financeiros formais por parte dos feirantes e restringia a sua capacidade de ampliar os seus negócios, diversificar os seus clientes e planejar financeiramente as suas atividades.

Com a ampliação do acesso a serviços bancários, como contas digitais, maquininhas de cartão, aplicativos de pagamento (como Pix, carteiras digitais e QR Code), as instituições financeiras presentes em Santarém passaram a atuar como facilitadoras da inclusão financeira desses trabalhadores e trabalhadoras da Feira do Mercado 2000. Ao oferecerem produtos e serviços voltados à microeconomia — como microcrédito, contas com isenção de tarifas, financiamentos produtivos e soluções de pagamento digital — os bancos contribuem diretamente para a formalização das atividades comerciais nas feiras, a melhoria da gestão financeira dos feirantes e a ampliação do consumo por parte dos clientes.

É neste contexto de inovação dos meios de pagamentos, que neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa que fizemos junto aos feirantes que comercializam a sua produção no Mercado 2000, com o objetivo de dimensionar o uso dos meios de pagamentos (cartão de débito, de crédito, PIX, entre outros) por esses agentes econômicos em seus atos de venda dos produtos aos consumidores finais. Para isso, organizamos um formulário de campo com perguntas direta sobre: gênero, estado civil, idade, município de moradia, escolaridade, renda mensal, segmento produtivo que trabalha, participação em cooperativa, acesso aos bancos (conta bancária e a sua movimentação, meios de pagamentos utilizados em sua comercialização, utilização do pix, utilização dos meios digitais, entre outras, relacionadas ao meio financeiro).

Neste contexto, a presente pesquisa de campo foi conduzida nas dependências da Feira do Mercado 2000, localizada na Avenida Tapajós, s/nº, no bairro Lagunho, município de Santarém, estado do Pará. Inaugurada no ano de 1985, a feira recebeu a denominação "Mercado 2000" em referência à expectativa em torno da chegada do novo milênio, que simbolizava um período de renovação e progresso nos âmbitos econômico, cultural e arquitetônico. Conforme relato do ex-prefeito de Santarém, Ronan Liberal, a implementação da

feira teve como finalidade principal fomentar o desenvolvimento urbano daquela região específica da cidade, com ênfase na promoção do turismo e, sobretudo, no atendimento das necessidades de abastecimento alimentar da população local.

Figura 1: Feira do Mercado 2000 no município de Santarém



Fonte: Elaboração: Autora (2025).

A Feira do Mercado 2000 caracteriza-se pela diversidade de produtos ofertados diariamente, os quais abastecem os lares de grande parte da população trabalhadora de Santarém. Entre os itens comercializados destacam-se pescados, frutas regionais, hortaliças, tubérculos, produtos fitoterápicos, plantas medicinais e uma variedade de bens oriundos da floresta amazônica. Segundo dados da Agência Santarém (2020), a área interna coberta da feira compreende um espaço de 27 metros por 50 metros, totalizando 1.350 m². A infraestrutura é composta por um galpão com cobertura metálica, sistema de instalação elétrica, piso em cimento grosso e um total de 359 bancas distribuídas da seguinte forma: 230 destinadas à comercialização de verduras, 78 para farinha, 35 para frutas e 16 para tubérculos, além de dois boxes permanentes.

No interior do complexo, há ainda um galpão reservado exclusivamente à comercialização realizada pelos membros da Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), entidade que atua nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. A APRUSAN desempenha um papel fundamental na organização dos produtores rurais, tanto em relação à produção quanto à inserção de seus produtos nas feiras municipais (Tapajós de Fato, 2022).

Diante das transformações tecnológicas que atravessam o comércio varejista, a inclusão desses feirantes no processo de digitalização dos meios de pagamento representa não

apenas uma tendência, mas uma necessidade estratégica para a sustentabilidade econômica desses empreendimentos. No caso da APRUSAN, observa-se um esforço de organização e adaptação que, aliado à aceitação de tecnologias digitais, pode favorecer a ampliação do mercado, a fidelização de clientes e o fortalecimento da agricultura familiar. A integração dos produtores ao sistema digital de pagamentos constitui um passo relevante em direção à formalização e à valorização do pequeno produtor, ao mesmo tempo em que contribui para a modernização e resiliência das feiras livres frente às exigências de um novo perfil de consumidor, mais conectado e exigente. Assim, a experiência da Feira do Mercado 2000 pode ser vista como um exemplo de como a inovação tecnológica pode coexistir com práticas tradicionais, promovendo desenvolvimento local e inclusão produtiva.

É nesta visão que apresentaremos a seguir o resultado da pesquisa, no primeiro momento faremos uma análise socioeconômica dos entrevistados e a composição da amostra do estudo. A amostra da pesquisa foi composta por 50 participantes. Do total, 64% (32) são do sexo masculino, sendo a maioria — 46,88% (15) — com idade entre 35 e 54 anos. As mulheres representam 36% (18) da amostra, predominando a faixa etária de 55 a 65 anos, com 50% (9) das respondentes, conforme se observa a Tabela 3.

Verifica-se, também, que mais de 86% dos feirantes que compõem a amostra residem no próprio município de Santarém, estando distribuídos em distintos bairros da zona urbana, entre os quais se destacam: Aldeia, Aparecida, Área Verde, Bela Vista do Juá, Boa Esperança, Centro, Cipoal, Diamantino, Floresta, Genipapo, Jacamim, Jardim Santarém, Laguinho, Lavras, Liberdade, Livramento, Maicá, Mapiri, dentre outros.

Tabela 3: Idade e Gênero dos entrevistados na Feira Livre Mercado 2000

Idade	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral	%
+ de 65 anos	-	0,00	2	6,25	2	4,00
18 a 24 anos	1	5,56	3	9,38	4	8,00
25 a 34 anos	3	16,67	7	21,88	10	20,00
35 a 54 anos	5	27,78	15	46,88	20	40,00
55 a 65 anos	9	50,00	5	15,63	14	28,00
Total Geral	18	100,00	32	100	50	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

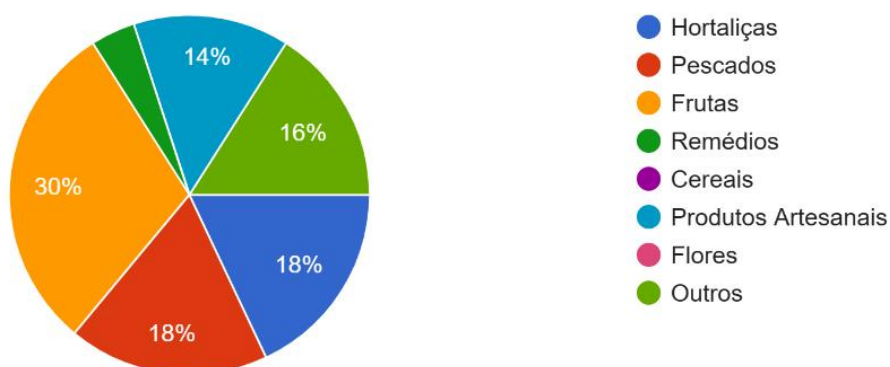
O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos principais tipos de produtos comercializados pelos feirantes atuantes no Mercado 2000, em Santarém. Observa-se que aproximadamente 30% da produção ofertada corresponde à comercialização de frutas, configurando-se como uma das atividades predominantes no contexto da feira. A análise dos dados revela que os principais responsáveis por essa categoria de produtos são feirantes do sexo masculino, com faixa etária entre 25 e 54 anos e 55 a 65 anos, todos residentes no município

de Santarém, oriundos de bairros e comunidades como Cipoal, Floresta, Diamantino, Aparecida, Mararu, São José e Centro. Em termos de escolaridade, esse grupo possui, em sua maioria, ensino médio completo, e sua renda familiar mensal situa-se entre 1 e 3 salários-mínimos.

No que se refere à associatividade, verifica-se que 25% dos feirantes informaram não participar de cooperativas, o que pode indicar fragilidade nas formas de organização coletiva e no acesso a políticas de apoio institucional. Quanto aos aspectos financeiros, a maioria dos entrevistados declarou possuir contas bancárias ativas, incluindo contas correntes e/ou contas poupança. Destaca-se ainda que grande parte dos feirantes utiliza bancos digitais como principal meio de gestão financeira. No entanto, também foram citadas instituições financeiras tradicionais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Sicredi e o Itaú, entre outras, como opções utilizadas por uma parcela dos feirantes.

Tais dados evidenciam uma tendência à bancarização parcial, com penetração significativa das fintechs no cotidiano desses trabalhadores, embora coexistam com práticas financeiras tradicionais. Essa dualidade sugere uma transição em curso no perfil financeiro dos feirantes, refletindo tanto os avanços tecnológicos quanto as limitações estruturais ainda enfrentadas por parte desse segmento econômico.

Gráfico 6: Tipos de Produtos Comercializados pelos feirantes pesquisados na Feira Livre do Mercado 2000



Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025)

Ainda conforme os dados apresentados no Gráfico 6, observa-se que o pescado e as hortaliças representam, cada um, 18% das atividades comerciais dos feirantes entrevistados, ocupando, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar entre os produtos mais comercializados. No que se refere especificamente à comercialização de pescado, nota-se a predominância de feirantes do sexo masculino, pertencentes à faixa etária entre 35 e 54 anos, residentes no município de Santarém, especialmente nos bairros Lagunho, Liberdade,

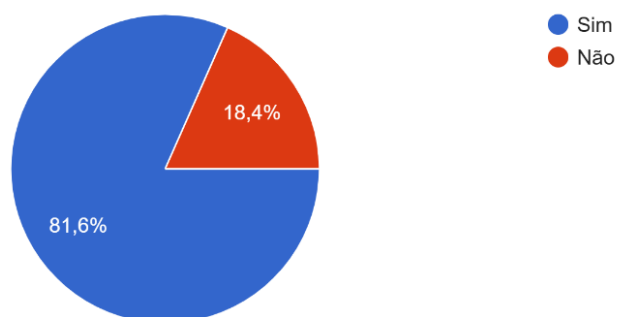
Esperança, Maracanã, Mapiri e Aldeia. No tocante à escolaridade, a maioria possui ensino médio completo ou, em menor número, ensino médio incompleto. Quanto à renda mensal, esses trabalhadores declararam auferir entre 1 a 3 salários mínimos, e, em alguns casos, entre 3 a 5 salários mínimos, tendo como principal fonte de subsistência a venda do pescado.

Importa destacar que a produção é realizada de forma individualizada, sem vínculo com cooperativas de pesca locais. Quando questionados sobre o acesso ao sistema bancário, todos afirmaram possuir conta, sendo a maioria do tipo conta corrente, distribuída entre instituições como bancos digitais, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Pan e Sicredi. Em relação às formas de pagamento utilizadas nas transações comerciais realizadas na feira, destacam-se o dinheiro em espécie, o Pix — incorporado às práticas comerciais a partir do ano de 2020 — e o cartão de crédito.

Apesar da diversidade de meios de pagamento aceitos, muitos desses feirantes ainda enfrentam dificuldades no acesso e no uso efetivo das ferramentas financeiras digitais, especialmente no que se refere à conexão à internet e à familiaridade com os aplicativos bancários em dispositivos móveis.

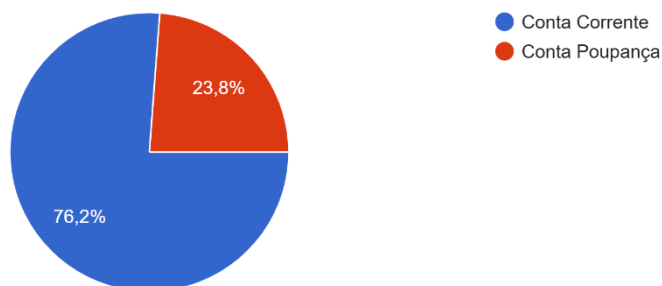
O uso crescente de instrumentos digitais de pagamento, com destaque para o Pix, está em consonância com os dados apresentados nos Gráficos 7, 8, 9 e 10. O Gráfico 7 demonstra que 81,6% dos entrevistados afirmaram possuir conta bancária, ao passo que 18,4% relataram não possuir. Entre aqueles que possuem conta, conforme evidenciado no Gráfico 8, 76,2% optaram por conta corrente, enquanto 23,8% mantêm conta poupança. Tais informações reforçam a inserção progressiva dos feirantes no sistema financeiro formal, o que favorece a adoção e disseminação dos meios eletrônicos de pagamento no contexto das feiras livres de Santarém.

Gráfico 7: Percentual dos que possuem Conta Corrente no Sistema Bancário



Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025)

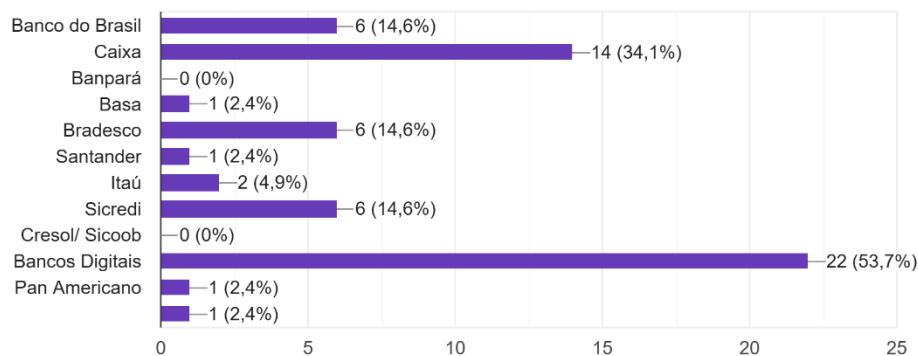
Gráfico 8: Tipos de Conta Corrente dos feirantes no Mercado 2000



Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

Neste sentido, os dados do Gráfico 9 mostram em quais tipos de Instituições bancárias esses feirantes possuem as suas contas abertas, seja corrente ou poupança. É notável a preferência de 53,7% dos feirantes pelos Bancos Digitais, atendendo, portanto, as solicitações dos clientes em pagar as suas contas por este meio de pagamento instantâneo. Os bancos tradicionais, tais como Caixa, Banco do Brasil, entre outros, são importantes para as intermediações financeiras dos feirantes, principalmente para aqueles que aceitam pagamentos em cartões de crédito.

Gráfico 9: Tipos de Instituições Financeiras que os feirantes no Mercado 2000 possuem Conta corrente



Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025)

A Tabela 4 apresenta a interrelação entre três variáveis identificadas na pesquisa de campo: escolaridade, renda e gênero. Os dados revelam que 60% dos entrevistados possuem renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos. Dentro desse grupo, 53,13% são do sexo masculino e 72,22% do sexo feminino, indicando uma presença expressiva de mulheres nessa faixa de renda. A segunda faixa de maior frequência corresponde àqueles que recebem até 1 salário-mínimo, representando 22% da amostra. Entre esses, 45,45% possuem ensino médio completo,

seguidos por 27,27% com ensino fundamental incompleto, sendo as mulheres a maioria nesse segmento educacional e de renda. Em terceiro lugar, estão os entrevistados que declararam receber entre 3 e 5 salários-mínimos, somando 14% do total. Nessa faixa de renda, observa-se uma predominância masculina.

Tabela 4: Salário, Escolaridade e Gênero dos entrevistados na Feira Livre Mercadão 2000

Salário/escolaridade	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral	%
Até 01 salário mínimo	4	22,22	7	21,88	11	22,00
Ensino Fundamental Incompleto	2	50,00	1	14,29	3	27,27
Ensino Médio Completo	1	25,00	4	57,14	5	45,45
Ensino Médio Incompleto	-	-	1	14,29	1	9,09
Ensino Superior Incompleto	1	25,00	-	-	1	9,09
Sem Educação Formal	-	-	1	14,29	1	9,09
De 01 à 03 salários	13	72,22	17	53,13	30	60,00
Ensino Fundamental Completo	-	0	1	5,88	1	3,33
Ensino Fundamental Incompleto	3	23,08	3	17,65	6	20,00
Ensino Médio Completo	5	38,46	10	58,82	15	50,00
Ensino Médio Incompleto	-	-	1	5,88	1	3,33
Ensino Superior Completo	2	15,38	1	5,88	3	10,00
Ensino Superior Incompleto	1	7,69	-	-	1	3,33
Sem Educação Formal	2	15,38	1	5,88	3	10,00
De 03 à 05 salários	-	0	7	21,88	7	14,00
Ensino Fundamental Completo	-	-	1	14,29	1	14,29
Ensino Fundamental Incompleto	-	-	2	28,57	2	28,57
Ensino Médio Completo	-	-	4	57,14	4	57,14
De 05 à 07 salários	-	0	1	3,13	1	2,00
Ensino Superior Incompleto	-	-	1	100,00	1	100,00
Não possui renda	1	5,56	-	0,00	1	2,00
Ensino Médio Completo	1	100,00	-	100,00	1	100,00
Total Geral	18	100,00	32	-	50	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos feirantes do Mercadão 2000 com base nos tipos de produtos comercializados, no sexo dos entrevistados e na natureza jurídica de seus empreendimentos (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica). De modo geral, verifica-se que a maior parte dos participantes atua como Pessoa Física (86,67%), ao passo que apenas 13,33% estão formalizados como Pessoa Jurídica, evidenciando um elevado índice de informalidade no mercado analisado.

No que tange à segmentação por tipo de produto, observa-se que 30% dos feirantes comercializam frutas, sendo esta atividade predominantemente masculina (80% dos vendedores são homens). Em contrapartida, a venda de hortaliças apresenta maior participação feminina, com 77,78% das feirantes atuando nesse segmento, frente a 22,22% do sexo masculino.

A comercialização de pescados revelou-se uma atividade exclusivamente masculina na amostra, com 66,67% dos entrevistados atuando como Pessoas Físicas e 33,33% como Pessoas Jurídicas, o que sugere uma tendência à formalização parcial nesse segmento específico. Por sua vez, os produtos artesanais correspondem a 14% do total de mercadorias comercializadas pelos entrevistados e apresentam uma leve predominância masculina (57,14%), embora todos os empreendimentos sejam classificados como Pessoa Física.

Em síntese, os dados evidenciam uma divisão de atividades por gênero: as mulheres tendem a concentrar-se nas atividades relacionadas à venda de hortaliças e produtos artesanais, enquanto os homens predominam nos segmentos de frutas e pescados. No que se refere à natureza jurídica, nota-se que a formalização como Pessoa Jurídica é mais comum entre os homens, especialmente nos setores de frutas e pescados, sinalizando possíveis desigualdades de acesso aos mecanismos de formalização e suporte institucional.

Tabela 5: Tipos de produtos comercializados, Pessoa física ou jurídica e Sexo dos entrevistados

	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral	%
Frutas	3	20,00	12	80,00	15	30,00
Pessoa Física	3	100	10	83,33	13	86,67
Pessoa Jurídica	-	-	2	16,67	2	13,33
Hortaliças	7	77,78	2	22,22	9	18,00
Pessoa Física	6	85,71	1	50,00	7	77,78
Pessoa Jurídica	1	14,29	1	50,00	2	22,22
Outros	4	50,00	4	50,00	8	16,00
Pessoa Física	3	75,00	4	100,0	7	87,50
Pessoa Jurídica	1	25,00	-	-	1	12,50
Pescados	-	-	9	100	9	18,00
Pessoa Física	-	-	6	66,67	6	66,67
Pessoa Jurídica	-	-	3	33,33	3	33,33
Produtos Artesanais	3	42,86	4	57,14	7	14,00
Pessoa Física	3	-	4	-	7	100,0
Remédios	1	50,00	1	50,00	2	4,00
Pessoa Física	1	-	1	-	2	100,0
Total Geral	18,00	36	32	64,00	50	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

Os dados dispostos na Tabela 6 mostram as informações bancárias dos entrevistados. Neste interim, a pesquisa mostrou que 80% (40) dos entrevistados possuem conta bancária. Desses, 67,5% são homens (27 pessoas) e 32,5% são mulheres (13 pessoas). Por outro lado, 20% (10 pessoas) não possuem conta bancária. Dentro desse grupo, 60% (6) são mulheres, o que aponta maior exclusão bancária entre o público feminino. Dentro do grupo daqueles que disseram ter conta bancária, ou seja, 60% dos entrevistados, os homens predominam entre os titulares de conta corrente: 66,67% (20 pessoas) contra 33,33 (10 pessoas) de mulheres. As Instituições Financeiras mais utilizadas para conta correntes são: Bancos

Digitais com maior destaque, somando 26,67% do total; Caixa Econômica e Bancos Digitais somam 16,67% dos que possuem conta corrente; outros preferiram o Banco Bradesco (10%), seguido do Sicredi com 10%. Outras combinações diversas envolvem Bancos tradicionais e digitais, mas com baixa frequência individual (33,33%).

Dos que responderam ter conta poupança, que somam 20% (10 pessoas) dos entrevistados, observamos a predominância masculina, sendo 70% dos titulares homens e 30% mulheres. As Instituições Financeiras mais citadas por este grupo foram: Caixa Econômica Federal com 40% da preferência e os 20% restantes possuem conta poupança na Caixa Econômica e Bancos Digitais. Outras opções, como Banco do Brasil, Bancos Digitais e Sicredi, aparecem com menor frequência, 10% cada.

Em síntese, os dados da Tabela 6 mostram que os Bancos Digitais são amplamente utilizados, isoladamente ou combinados com outras instituições. Estão presentes em múltiplas combinações, refletindo uma tendência de bancarização via plataformas digitais, principalmente entre os homens. A Caixa Econômica Federal também é recorrente tanto em contas correntes quanto em poupança, com destaques para as mulheres. Bradesco e Sicredi aparecem em diversos arranjos, mas com menor representatividade. Destacamos nesta análise que a diversidade de Bancos indica que muitos feirantes mantêm mais de uma conta em diferentes instituições, o que pode ser uma estratégia de acesso ao crédito, serviços diferenciados ou conveniência operacional. A bancarização parcial ainda é um desafio, principalmente entre as mulheres, apontando para a necessidade de políticas públicas de inclusão financeira e digital.

Tabela 6: Tipos de contas bancárias e Instituições Financeiras usadas pelos Feirantes no Mercado 2000

Possui conta bancária?	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral	%
Não	6	60,00	4	40,00	10	
Sim	13	32,50	27	67,50	40	40,0
Conta Corrente	10	33,33	20	66,67	30	
Banco do Brasil	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Banco do Brasil, Basa, Bancos Digitais	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Bancos Digitais	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Banco do Brasil, Sicredi	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Bancos Digitais	3	30,00	5	25,00	8	26,67
Bradesco	0	0,00	3	15,00	3	10,00
Bradesco, Bancos Digitais	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Bradesco, Sicredi	0	0,00	1	5,00	1	3,33

Caixa	2	20,00	1	5,00	2	6,67
Caixa, Bancos Digitais	3	30,00	1	5,00	5	16,67
Caixa, Itaú, Bancos Digitais	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Pan Americano	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Santander	0	0,00	1	5,00	1	3,33
Sicredi	2	20,00	1	5,00	3	10,00
Conta Poupança	3	30,00	7	70,00	10	10
Banco do Brasil	1	33,33	1	14,29	1	10,00
Bancos Digitais	0	0,00	1	14,29	1	10,00
Caixa	1	33,33	1	14,29	4	40,00
Caixa, Bancos Digitais	1	33,33	1	14,29	2	20,00
Sicredi, Bancos Digitais	0	0,00	1	14,29	1	10,00
(vazio)	0	0,00	1	14,29	1	10,00
(vazio)	0	0,00	1	14,29	1	10,00
Total Geral					50	

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

Na Tabela 7 temos uma análise estruturada e interpretativa do cruzamento das variáveis escolaridade, faixa de renda, formas de pagamentos recebidas nas vendas dos seus produtos no Mercado 2000 e Gênero dos entrevistados. Como vistos nas tabelas anteriores, a nossa amostra é composta por 50 feirantes, sendo 32 homens e 18 mulheres. A distribuição de renda por faixa salarial dos entrevistados é a seguinte: homens e mulheres estão relativamente equilibrados, embora haja leve predominância dos homens na faixa salarial de 1 a 3 salários-mínimos, o que soma 31 pessoas, ou seja, 62% da amostra. As mulheres predominam na faixa salarial de 1 salário-mínimo, o que corresponde a 22% da amostra. Na faixa salarial de 3 a 5 salário-mínimo, ou seja, 16%, são predominantes homens.

Quanto a formas de pagamentos dos produtos comercializados na Feira do Mercado 2000, percebe-se uma grande diversidade nos meios de pagamentos aceitos pelos feirantes. Citamos como exemplo, o dinheiro em espécie e o PIX, que foram os mais comuns, isoladamente ou combinado com o cartão de débito, cartão de crédito, outros ainda aceitam as vendas no conhecido “fiado”. Neste caso, os principais padrões observados foram: os homens tendem aceitar mais meios de pagamentos combinados, como o dinheiro, pix, cartão de crédito/débito mais a forma tradicional do “fiado”. Por outro lado, as mulheres feirantes aceitam predominantemente o dinheiro e o pix, e com menor frequência os cartões de crédito e de débito ou fiado.

Em relação as variáveis escolaridades, renda e meio de pagamento, nota-se que os feirantes com Ensino Médio Completo e renda entre 1 a 3 salários-mínimos são os que mais aceitam múltiplas formas de pagamento, incluindo cartões. Por outro lado, da pesquisa, os feirantes com menor escolaridade, ou seja, ensino fundamental incompleto ou sem

escolaridade, tendem a aceitar apenas dinheiro e pix. Mulheres com maior escolaridade (superior completo/incompleto) representam uma minoria, mas demonstram perfil de pagamento mais restrito, tipo, dinheiro e pix.

Em síntese, podemos concluir que os homens dominam as faixas de maior renda, escolaridade média, e são os que mais adotam meios de pagamentos diversificados, ao passo que as mulheres estão presentes nas faixas de baixa renda e menor escolaridade, com predominância no uso dos meios de pagamentos tradicionais, como o dinheiro.

Tabela 7: Escolaridade, Faixa salarial e Tipos de Meio de Pagamento utilizados nas vendas

	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral
Ensino Fundamental Completo	-	-	2	100,00	2
De 01 à 03 salários	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-	-	1	100,00	1
De 03 à 05 salários	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Fiado	-	-	1	100,00	1
Ensino Fundamental Incompleto	5	45,45	6	54,55	11
Até 01 salário-mínimo	2	66,67	1	33,33	3
Dinheiro em espécie	-	-	1	100,0	1
Dinheiro em espécie, Pix	2	40,00			2
De 01 à 03 salários	3	50,00	3	50,00	6
Dinheiro em espécie	2	66,67	1	33,33	3
Dinheiro em espécie, Pix	1	50,00	1	50,00	2
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Fiado	-	-	1	100,00	1
De 03 à 05 salários	-	-	2	100,00	2
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-	-	2	100,00	2
Ensino Médio Completo	7	28,00	18	72,00	25
Até 01 salário mínimo	1	20,00	4	80,00	5
Dinheiro em espécie, Pix	-	-	2	100,00	2
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Fiado	1	50,00	1	50,00	2
De 01 à 03 salários	5	33,33	10	66,67	15
Dinheiro em espécie, Pix	3	37,50	5	62,50	8
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	1	25,00	3	75,00	4

Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Fiado	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Fiado	-	-	1	100,00	1
(vazio)	1	100,00			1
De 03 à 05 salários	-	-	4	100,00	4
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-	-	3	100,00	3
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Fiado	-	-	1	100,00	1
Não possui renda	1	100,00	-	-	1
Dinheiro em espécie, Pix	1	100,00	-	-	1
Ensino Médio Incompleto	-		2	100,00	2
Até 01 salário mínimo	-		1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix	-		1	100,00	1
De 01 à 03 salários	-		1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-		1	100,00	1
Ensino Superior Completo	2	66,67	1	33,33	3
De 01 à 03 salários	2	66,67	1	33,33	3
Dinheiro em espécie, Pix	1	100,00	-	-	1
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito	-		1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, Fiado	1	100,00	-	-	1
Ensino Superior Incompleto	2	66,67	1	33,33	3
Até 01 salário-mínimo	1	100,00	-	-	1
Dinheiro em espécie, Pix	1	100,00	-	-	1
De 01 à 03 salários	1	100,00	-	-	1
Dinheiro em espécie, Pix	1	100,00	-	-	1
De 05 à 07 salários	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie, Pix	-	-	1	100,00	1
Sem Educação Formal	2	50,00	2	50,00	4
Até 01 salário mínimo	-	-	1	100,00	1
Dinheiro em espécie	-	-	1	100,00	1
De 01 à 03 salários	2	66,67	1	33,33	3
Dinheiro em espécie, Pix	1	50,00	1	50,00	2
Pix	1	100,00	-	-	1
Total Geral	18	36,00	32	64,00	50

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

A Tabela 8 apresenta os dados obtidos a partir das respostas dos feirantes à questão relacionada à ocorrência de perdas de vendas em função da não utilização do PIX, sistema de pagamento instantâneo implantado recentemente no Brasil. Esta variável foi correlacionada

com as faixas de renda familiar e categorizada por gênero, com o objetivo de identificar os perfis mais afetados pela exclusão digital nas práticas comerciais da Feira do Mercado 2000. Os resultados evidenciam que 56% dos entrevistados (n=28) afirmaram ter, em algum momento, perdido vendas por não ofertarem o PIX como forma de pagamento. Dentre esses, 60,71% (n=17) são feirantes do sexo masculino e 39,29% (n=11) do sexo feminino, o que indica uma predominância das perdas entre os homens.

No que tange ao segmento masculino, destaca-se que, especialmente na comercialização de pescado, produtos deixaram de ser vendidos em razão da ausência de meios de pagamento eletrônico. Essa recusa está atrelada, em grande medida, à resistência em adotar tecnologias digitais, o que compromete a capacidade de atender à demanda de consumidores que já preferem o uso do PIX nas transações financeiras. Adicionalmente, 38% dos participantes (n=19) relataram dificuldades no uso de plataformas digitais de pagamento, atribuindo essa limitação à ausência de acesso a smartphones, à baixa familiaridade com o uso de aplicativos financeiros, ou ainda à exclusão digital funcional — compreendida como a dificuldade de operação dos dispositivos mesmo quando disponíveis. Esse obstáculo se mostra mais expressivo entre os homens com idades entre 55 e 65 anos, especialmente aqueles com renda familiar de até um salário-mínimo (83,33%), seguidos por indivíduos com renda mensal de 3 a 5 salários-mínimos.

Entre os fatores citados para justificar a não adoção do PIX e de outras tecnologias financeiras, destacam-se:

- falta de confiança nos meios digitais;
- desconhecimento técnico sobre seu funcionamento;
- precariedade da infraestrutura de internet no município;
- temores infundados, fomentados por desinformações (*fake news*), como a possível futura tributação do PIX por parte do governo.

Essas barreiras contribuem para um ambiente de resistência à modernização dos métodos de pagamento. Ainda que os próprios feirantes reconheçam a crescente preferência dos consumidores por meios digitais, muitos permanecem dependentes do dinheiro em espécie por desinformação, insegurança ou falta de apoio institucional. Diante desse cenário, destaca-se a necessidade urgente de ações de capacitação digital voltadas aos trabalhadores informais da feira, bem como políticas públicas que fomentem o acesso a tecnologias móveis e conectividade digital. A inclusão desses feirantes nos meios eletrônicos de pagamento representa não apenas uma forma de reduzir perdas financeiras, mas também um passo fundamental para a inclusão socioeconômica e digital dessa população.

Tabela 8: Perdas de vendas por não ter acesso ao PIX, *versus*, Renda Familiar e Gênero

	Feminino	%	Masculino		Total Geral
Não	7	31,82	15	68,18	22
Até 01 salário-mínimo	3	60,00	2	40,00	5
De 01 à 03 salários	4	30,77	9	69,23	13
De 03 à 05 salários	-	-	3	100,00	3
De 05 à 07 salários	-	-	1	100,00	1
Sim	11	39,29	17	60,71	28
Até 01 salário-mínimo	1	16,67	5	83,33	6
De 01 à 03 salários	8	50,00	8	50,00	16
De 03 à 05 salários	-	-	4	100,00	4
Não possui renda	1	100,00	-	-	1
De 01 à 03 salários	1	100,00	-	-	1
Total Geral	18	36,00	32	64,00	50

Fonte: Dados da Pesquisa. Autora (2025).

Em suma, a principal vantagem do Pix reside na instantaneidade das transações e na gratuidade para pessoas físicas, o que contribui significativamente para ampliar o acesso de pequenos feirantes ao sistema financeiro nacional. Ao permitir a realização de pagamentos em tempo real, 24 horas por dia, todos os dias da semana, o Pix favorece a fluidez das vendas e reduz a necessidade de manipulação de dinheiro em espécie, o que por sua vez diminui riscos relacionados a perdas, furtos ou assaltos, especialmente em ambientes públicos e abertos como as feiras.

Outro aspecto relevante é a redução de custos operacionais. Diferentemente das maquininhas de cartão de débito ou crédito, que geralmente exigem o pagamento de taxas sobre cada transação e a aquisição de equipamentos específicos, o Pix pode ser utilizado apenas com o uso de um smartphone conectado à internet. Isso se mostra particularmente vantajoso para pequenos comerciantes que muitas vezes não dispõem de recursos para arcar com essas despesas fixas e variáveis. Assim, o Pix contribui para uma melhoria na margem de lucro e para a viabilidade econômica da atividade feirante.

Ademais, a utilização do Pix favorece a formalização das atividades comerciais, uma vez que estimula a abertura de contas bancárias e o registro das transações financeiras, aspectos fundamentais para o acesso a linhas de crédito, programas de apoio institucional e políticas públicas voltadas ao microempreendedorismo. O uso sistemático desse meio de pagamento, portanto, pode representar um passo importante no processo de integração dos feirantes à economia digital e ao sistema financeiro formal, reduzindo a exclusão econômica e promovendo maior estabilidade financeira.

Por fim, o fortalecimento do uso do Pix nas feiras livres também atende à demanda dos consumidores, cada vez mais habituados a formas de pagamento digitais e imediatas. Ao oferecer essa possibilidade, o feirante amplia sua clientela, fideliza consumidores e acompanha as tendências de consumo contemporâneas, cada vez mais digitais e menos dependentes de dinheiro físico.

Em suma, o uso do Pix nas transações comerciais das feiras livres representa uma inovação significativa, com impactos positivos sobre a eficiência, a segurança e a inclusão financeira dos pequenos comerciantes. Sua adoção deve ser incentivada por meio de ações de capacitação, expansão do acesso digital e políticas públicas que valorizem a modernização das feiras como espaços estratégicos para o desenvolvimento econômico local e regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos das mudanças ocorridas nos meios de pagamento no período de 2018 a 2024, com foco na feira livre Mercado 2000, localizada em Santarém, Pará. Por meio de um estudo de caso com aplicação de entrevistas aos feirantes locais, buscou-se compreender como essas transformações vêm alterando a dinâmica comercial e as práticas financeiras em ambientes informais.

O trabalho partiu de uma fundamentação teórica que abordou a evolução da moeda e suas funções ao longo da história, passando pelo escambo, pela moeda mercadoria, pela moeda-papel e pela moeda fiduciária. Esse resgate histórico permitiu entender o papel social da moeda e como ela acompanha as necessidades econômicas e tecnológicas de cada época. A seguir, discutiu-se a inovação, com ênfase nos setores de serviços e bancário, apresentando o contexto que favoreceu o surgimento de novos instrumentos de pagamento e de instituições mais ágeis e acessíveis.

Ao tratar do sistema financeiro nacional, exploraram-se os principais agentes, suas funções e os canais utilizados para transações. Nesse cenário, destaca-se a ascensão dos cartões de crédito, cujo volume movimentado no Brasil passou de R\$ 833,97 bilhões em 2018 para R\$ 2,31 trilhões em 2023, um crescimento de aproximadamente 177%. Esse avanço foi impulsionado pela atuação de fintechs e bancos digitais, a oferta de cartões sem anuidade, o fortalecimento do comércio eletrônico, a expansão do pagamento por aproximação e o parcelamento sem juros como estratégia de consumo.

A análise também mostrou um crescimento significativo da base de clientes ativos nas instituições financeiras, especialmente entre os bancos digitais. Empresas como o Nubank contribuíram fortemente para a democratização do acesso aos serviços bancários, atraindo um público jovem, informal ou anteriormente desbancarizado, com soluções simples, digitais e com baixo custo.

Outro ponto relevante foi a mudança nos canais de atendimento bancário. Entre 2018 e 2024, observou-se um deslocamento do uso de caixas eletrônicos para canais móveis, como celulares e aplicativos. Essa transição demonstra a preferência dos usuários por conveniência, mobilidade e autonomia na realização de transações, o que inclui pagamentos, transferências e consulta de saldos.

Nesse contexto, o lançamento do Pix em 2020 representou uma virada nos meios de pagamento no Brasil. Até 2024, o Pix consolidou-se como o método mais utilizado pelos brasileiros, superando inclusive o dinheiro em espécie em algumas regiões. Sua aceitação

ampla, rapidez, ausência de taxas para pessoas físicas e operação em tempo real o tornaram uma ferramenta essencial de inclusão financeira. Apesar disso, o dinheiro ainda mantém presença importante, principalmente em áreas com infraestrutura digital limitada ou entre públicos com baixa escolaridade ou resistência à tecnologia.

Para responder a problemática estabelecida neste trabalho, realizamos a aplicação da pesquisa empírica no Mercado 2000, em Santarém-PA, importante polo de comercialização de produtos locais, especialmente hortaliças, frutas e pescados. Foram entrevistados 50 feirantes, dos quais 64% do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Observou-se que 30% da produção ofertada é composta por frutas, com as mulheres atuando mais nas vendas de hortaliças e produtos artesanais, e os homens concentrando-se nos setores de frutas e pescados.

Em relação à formalização, a pesquisa mostrou que apenas parte dos feirantes possui registro como Pessoa Jurídica, sendo essa prática mais comum entre os homens. Além disso, 25% afirmaram não participar de cooperativas, o que evidencia fragilidade nas formas de organização coletiva e possíveis limitações no acesso a políticas públicas de apoio institucional.

No que se refere aos aspectos financeiros, 81,6% dos entrevistados possuem conta bancária ativa, com predominância do uso de bancos digitais como meio de gestão financeira. Ainda assim, muitos relataram dificuldades com o uso de plataformas digitais, especialmente por questões de conectividade, falta de familiaridade com aplicativos e barreiras tecnológicas. Tais dificuldades foram mais acentuadas entre homens com idade entre 55 e 65 anos, de baixa renda e escolaridade limitada, configurando um cenário de exclusão digital funcional. Sendo assim, parte desses feirantes não aceitam o PIX e outras tecnologias financeiras como meio de pagamento, principalmente aqueles com idades acima de 55 anos, com a justificativa de falta de confiança nos meios digitais; desconhecimento técnico sobre seu funcionamento; precariedade da infraestrutura de internet no município; temores infundados, fomentados por desinformações (*fake news*), como a possível futura tributação do PIX por parte do governo.

Essa resistência ao uso das novas tecnologias dos meios de pagamentos, principalmente PIX, cartões de crédito e débitos, foram observadas, principalmente na comercialização de pescados no tablado do Mercado 2000, especialmente nos feirantes do sexo masculino. Em decorrência disso, 56% dos entrevistados afirmaram ter perdido vendas por não aceitarem esses tipos de meios de pagamentos. Essa recusa está atrelada, em grande medida, à resistência em adotar tecnologias digitais, o que compromete a capacidade de atender à demanda de consumidores que já preferem o uso do PIX nas transações financeiras.

Quando colocamos a palavra “resistência” a adoção desses meios de pagamentos digitais, devemos explicar melhor o que está por detrás desse comportamento. Muitos feirantes, sejam homens ou mulheres, não sabem manusear os aparelhos celulares e muito menos acessar os aplicativos dos bancos. As vezes essa tarefa é executada por pessoas mais jovens da família, porém, estas não estão presentes todos os dias na comercialização dos pescados e frutas no Mercado 2000. Por isso, a recusa desses meios de pagamento, o que impacta diretamente, na receita diárias desses feirantes, que ainda continuam atuando com as formas tradicionais de pagamentos, como o dinheiro, além do tradicional “fiado”.

Outro fato importante observado, foi que os homens tendem a aceitar mais formas tradicionais de pagamento, enquanto as mulheres preferem trabalhar com dinheiro e Pix, utilizando menos o cartão e o fiado. Além disso, 38% relataram dificuldades no uso de plataformas digitais de pagamento, apontando obstáculos como falta de smartphones, dificuldade em usar os aplicativos e desinformação. Entre os motivos para a não adoção do Pix, destacam-se a desconfiança nos meios digitais, desconhecimento técnico, precariedade da internet e receio de tributações futuras. Tais elementos reforçam a necessidade de estratégias de educação financeira e digital voltadas a públicos vulneráveis.

Apesar de todos os impasses observados acima, é notório detectar que muitos feirantes do Mercado 2000 já adota formas eletrônicas de pagamento, com destaque para o Pix, amplamente aceito devido à sua praticidade, agilidade e ausência de taxas em operações entre pessoas físicas. Muitos boxes exibem suas chaves Pix em placas, cartazes ou QR Codes visíveis, o que tem facilitado a vida dos consumidores e incentivado o uso entre vendedores. Além disso, maquininhas de cartão continuam em uso, especialmente entre feirantes mais formalizados (MEIs ou pequenos empresários), pois atendem à demanda de clientes que preferem parcelar compras ou utilizar o crédito.

Espera-se que o Mercado 2000, nos próximos anos, reflita a transição tecnológica nos meios de pagamento no Brasil, integrando-se, mesmo que de forma gradual à economia digital sem perder seu caráter tradicional e comunitário. A incorporação dessas novas ferramentas ampliará a inclusão financeira, melhorado a segurança das transações e impulsionado a profissionalização dos pequenos negócios locais, ao mesmo tempo em que desafia os feirantes a se adaptarem às mudanças tecnológicas e à necessidade de capacitação digital.

Diante dos achados, recomenda-se a ampliação da pesquisa para outras feiras livres, a fim de verificar se os padrões identificados se repetem em diferentes contextos regionais. Dessa forma, este trabalho contribui para a sociedade ao compreender as transformações nos

meios de pagamento e seus reflexos em contextos populares, como o das feiras livres. Ao evidenciar as oportunidades e os desafios enfrentados pelos feirantes diante das inovações financeiras, a pesquisa reforça a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital e bancária, com ações voltadas à capacitação de trabalhadores informais, especialmente os mais velhos e com menor escolaridade. Somente assim será possível garantir que as inovações tecnológicas no setor bancário cumpram seu papel de inclusão e não ampliem ainda mais as desigualdades existentes, garantindo que o avanço tecnológico não seja excludente, mas sim uma ferramenta de democratização e fortalecimento da economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SANTAREM. **Prefeitura assina Termo destinando 15 anos de uso gratuito de área do Mercado 2000 a Aprusan**, 2020.

Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/gerais/prefeitura-assina-termo-destinando-15-anos-de-uso-gratuito-de-area-do-mercadao-2000-a-aprusan-2993d4c0b9d3-4091-4f57-b11b-0c92b48dea17>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

ALMEIDA, M. D.; PENA, P. G. L. Feira livre e risco de contaminação alimentar: estudo de abordagem etnográfica em Santo Amaro. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. 110-127, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BC divulga estudo com estatísticas do setor de cartão de crédito**, 2023.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/687/noticia>. Acesso em: 19 nov. 2023.

_____. **Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/spb>. Acesso em: 19 de junho de 2025.

_____. **Bc divulga estudo com estatísticas do setor de cartão de crédito**, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/687/noticia>. Acesso em: 28 de junho de 2025.

_____. **IF.data: Dados a partir de 2000**.

Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Relatório de Economia Bancária**, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

_____. **Pesquisa: O brasileiro e sua relação com o dinheiro**, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cedulasemoedas/pesquisabrasileirodinheiro/Apresentacao_brasileiro_relacao_dinheiro_2024.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2025.

_____. **Pesquisa do Banco Central mostra que Pix superou dinheiro como forma de pagamento mais usada**, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20443/nota>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

BARAÑANO, A.M. Gestão da inovação tecnológica: estudo de cinco PMEs portuguesas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 4, n. 1, p. 57-96, 2005.

BOCCHINI, Bruno. **Transações por PIX têm alta de 105% em 2022**: Movimentações por TED e DOC registram quedas. São Paulo: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/transacoes-por-pix-tem-alta-de-105-em-2022>. Acesso em 19 nov. 2023.

CARTEIRAS digitais: A potência dos pagamentos digitais em mercados emergentes. Ebanx & Ami, 2022. Disponível em: <https://www.ebanx.com/pt-br/pagamentos-instantaneos/carteiras-digitais/>. Acesso em: 19 nov. 2023

CHAKRAVORTI, Sujit; KOBOR, Emery. **Why invest in payment innovations?** Federal Reserve Bank of Chicago, Emerging Payments Occasional Papers Series. Chicago, June 2003. Disponível em: https://chicagofed.org/digital_assets/others/research/papers/payments_studies_occasional_papers_series/eps-2003-1B.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

CLICK, Vitoria. **A Evolução do Sistema Bancário e a Teoria da Poupança, do Investimento e dos Juros**. Porto Alegre: 1994.

DAVIES, Glyn. **The History of The Money**. Cardiff: The University of Wales, 2002.

FEBRABAN. **Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária**. Vol 1, 2025. Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20Febraban%20de%20Tecnologia%20Banca%CC%81ria%202025%20-%20Vol_01%20-%205.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2025.

GONZALEZ, Lucas. **2023 deve assistir ao aumento do alcance dos meios de pagamento**. Exame, 2023. Disponível em: <https://exame.com/bussola/2023-deve-assistir-ao-aumento-do-alcance-dos-meios-de-pagamento/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de Economia Monetária**. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1954.

GUIMARAES, Jr et al. A percepção da inovação tecnológica em serviços e a fidelização de clientes: uma análise do setor de serviços bancários. **Revista Gestão**, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ufpe.br/getaoorg>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

G1 SANTARÉM. Mercado 2000: principal centro de abastecimento do Baixo Amazonas, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pa/santarem-regiao/noticia/mercado-2000-principal-centro-de-abastecimento-do-baixo-amazonas.ghtml>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

JEVONS, William Stanley. **Money and The Mechanism of Exchange**. Manchester College, 1875.

LIMA, Hebert; FRANCISCO, Eduardo. **Transformação Digital: Revolução nos meios de pagamentos digitais**. São Paulo: FGV, 2021.

LOPES, Alex; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and Money**. Londres: Macmillian Press, 1996.

KUBOTA, Luís. **A inovação tecnológica das firmas de serviços no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/artkubota.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Economia**. 6. ed. Universidade de Harvard, 2012.

MILL, Alfred. ABRAMOWICZ, Leonardo. **Tudo que você precisa saber sobre Economia**. São Paulo: Editora Gente, 2017.

MORAIS, L. B.; GUEDES, E. B; CARDOSO, C. F. **Feiras Livres: Especialidade e Temporalidade da reprodução Camponesa**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Paraná, 2017.

PREFEITURA DE SANTARÉM. História de Santarém, 2025. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/institucional/historia-de-santarem>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

REIS, T. **SPB: como funciona o Sistema de Pagamento Brasileiro?**, 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/sistema-de-pagamento-brasileiro/>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

SANTOS, Adriana; FAZION, Cintia; MEROE, Giuliano. **Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter, 2012**. Caderno de Administração PUCSP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

TAPAJÓS DE FATO. Em eleição, Associação de Produtores de Santarém reelege atual presidente, 2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/830/em-eleicao-associacao-de-produtores-de-santarem-reelege-atual-presidente>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

VASLIN, José Leonardo. **História Econômica Geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: A Moeda na Era Digital**. 1. ed. São Paulo: Mises Brasil, 2014.